

PRESTAÇÃO
DE CONTAS
CONSOLIDADA
2020



ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA
CENTRO DE ESTUDOS DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPESSOAL LDA



CUBA
MUNICÍPIO
Terra com Alma

Índice

- Nota Introdutória	01
- Metodologia e Normas aplicadas na consolidação de contas	01
- Entidades do grupo autárquico	03
- Recursos Humanos	05
- Principais atividades desenvolvidas	06
- Relato Patrimonial	
• Evolução do ativo	17
• Evolução do passivo	18
• Demonstração de resultados – rendimentos	20
• Demonstração de resultados – gastos	21
• Indicadores económico – financeiros	21
- Demonstrações financeiras consolidadas	
• Balanço consolidado	26
• Demonstração dos resultados por natureza consolidadas	27
• Demonstração das alterações no património líquido consolidada	28
• Demonstração dos fluxos de caixa consolidados	29
- Anexo às demonstrações financeiras consolidadas	
• Nota 0 – Adoção pela primeira vez do sistema de normalização contabilístico para a administração pública (SNC-AP) – divulgação transitória	30
• Nota 1 – Identificação do grupo, período de relato e referencial contabilístico	
1.1 – Identificação do grupo	34
1.2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	34
1.3 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários	35
• Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	
2.1- Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	36
2.2- Principais políticas contabilísticas	37
2.3- Principais pressupostos relativos ao futuro	43
• Nota 3 – Ativos Intangíveis	
3.1 – Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidade acumulada	43
• Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente	44
• Nota 5 – Ativos fixos tangíveis	
5.1 – Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas	45
• Nota 6 – Locações	48
• Nota 7 – Custo dos empréstimos obtidos	49
• Nota 8 – Propriedades de investimento	49
• Nota 9 – Imparidade de ativos	49
• Nota 10 – Inventários	49
• Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação	50
• Nota 14 - Rendimentos de transações sem contra prestação	52
• Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	53
• Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato	54

• Nota 18 – Instrumentos financeiros	
18.1 – Ativos financeiros	54
18.2 – Passivos financeiros	56
• Nota 23 – Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados	58
• Nota 30 – Outras divulgações	
Outras divulgações – movimentos efetuados para efeitos de consolidação	65
- Demonstrações orçamentais consolidadas	66
- Anexo I	67

RELATÓRIO CONSOLIDADO E ANEXO



ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA
CENTRO DE ESTUDOS DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPESMOALDA



CUBA
MUNICÍPIO
Terra com Alma

1. Introdução

O Município de Cuba apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade preconizada com o disposto no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, em que os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O artigo 75º do referido diploma refere que, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades, devendo ainda serem consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, por estas entidades é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado.

Nestes termos, o grupo municipal é constituído pelo Município de Cuba, entidade consolidante, e pela entidade consolidada: Centro de Estudos e Formação Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda.

1.1 Metodologia e Normas Aplicadas na Consolidação de Contas

Surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas sendo o método integral o utilizado uma vez que o Município de Cuba é detentor de uma percentagem de controlo de 100% na entidade participada. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante.

Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre a entidade que compõem o perímetro de consolidação. Deste modo, efetuamos as obrigatórias eliminações de saldos, das transações relativas a operações efetuadas entre as entidades e as necessárias eliminações recíprocas.

Dado o método de consolidação integral, foi necessário desenvolver as seguintes fases:

- Acumulação das contas do balanço e da demonstração dos resultados, através da simples adição, do conjunto das entidades a consolidar;
- Repartição, quer dos capitais próprios, quer do resultado do exercício da entidade dependente, evidenciando a fração que pertence ao grupo;

- Evidenciação da diferença entre o valor da participação financeira contabilizado no ativo do Município e a correspondente fração que lhe cabe nos capitais próprios da entidade dependente;
- Anulação de todas as operações entre as entidades a consolidar, bem como dos resultados e demais saldos de contas delas decorrentes.

Refere o artigo 76º, do RFALEI que, os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pelos órgãos executivos de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam e deverão ser remetidos para o Tribunal de Contas até 30 de junho, de acordo com o artigo 52º, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei nº 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.

Não obstante, no âmbito do regime excecional com vista a promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19 e da transição do POCAL para SNC-AP, os documentos de prestação de contas consolidadas respeitantes ao ano de 2020 são elaborados e aprovados, pelo órgão executivo, de modo a serem submetidos à apreciação do órgão deliberativo até 31 de agosto de 2021, sendo entendimento do Tribunal de Contas que o termo do prazo para apresentação de contas consolidadas pelas entidades abrangidas pelo artigo 2º do Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, é o dia 31/08/2021.

Acresce referir que o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas. Este sistema permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC —ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial local e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente.

Nestes termos, as demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP), nomeadamente NCP26 (perímetro de consolidação de natureza orçamental), e cujo objetivo é estabelecer os procedimentos que permitam a preparação de demonstrações orçamentais que transmitam de forma verdadeira e apropriada a execução orçamental do conjunto de entidades que compõem o perímetro de consolidação como se de uma única entidade se tratasse e NCP22 (perímetro de natureza financeira), e cujo objetivo é prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controlo uma ou várias entidades.

No entanto, por força do artigo 350º da Lei de Orçamento de Estado para 2021, a prestação de contas relativa a 2020 das entidades pertencentes às administrações públicas sujeitas ao SNC-AP, incluindo as entidades públicas reclassificadas, pode ser efetuada no mesmo regime

contabilístico prestado relativamente às contas de 2019, o que originou que a entidade consolidada detida pelo Município prestasse contas no regime do SNC, pelo que o perímetro orçamental só engloba o próprio Município, ainda que se tenha feito a conjugação dos fluxos de caixa da entidade incluída no perímetro de consolidação.

1.2 Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação

O Município de Cuba detém participação numa empresa municipal e que constitui o grupo autárquico:

1. Centro de Estudos e Formação Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda;

% de Participação do Município

Em Empresas Municipais

Designação da Entidade	Participação Detida
• Centro de Estudos e Formação Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda;	100%

A empresa Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda, sediada na Rua Álvaro Castelões, nº43, em Cuba, com o capital social de 25.000,00 Euros, tem como atividade principal a Formação Profissional.

Entidades excluídas da consolidação

As entidades que não foram incluídas no perímetro de consolidação, são as que constam do seguinte quadro:

Entidade	Sede Social	% de Capital Detido	Principal Atividade
Associação de Municípios do Alentejo Central	Largo do Almeida, nº 1 7940 - 114 Cuba	22,05%	Fins Públicos - Principais Atividades: Saneamento, Limpeza de Fossas, Cartografia, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos, Metrologia.
CIMBAL- Comunidade Int. Baixo Alentejo e Litoral	Praceta Rainha D. Leonor, nº 1 Apartado 70 7801 - 953 Beja	3,91%	É uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial, e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram: <ul style="list-style-type: none">- Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;- Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;- Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional - QREN;- Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.
AMGAP- Associação Municípios Gestão Águas Públicas	Praça Pedro Nunes 7580-125 Alcácer do Sal	0,57%	Associação de Municípios de fins específicos, cujo objecto é: Captação e tratamento de água, distribuição de água e tratamento de águas residuais.

Estas entidades não foram incluídas no perímetro de consolidação, uma vez que o Município entendeu que a participação nelas detida não o justificava, % reduzida. Por outro lado, o Município não detém nas mesmas o controlo, pese embora, tenha representação nos mesmos, não tem influência dominante.

1.3 Recursos Humanos

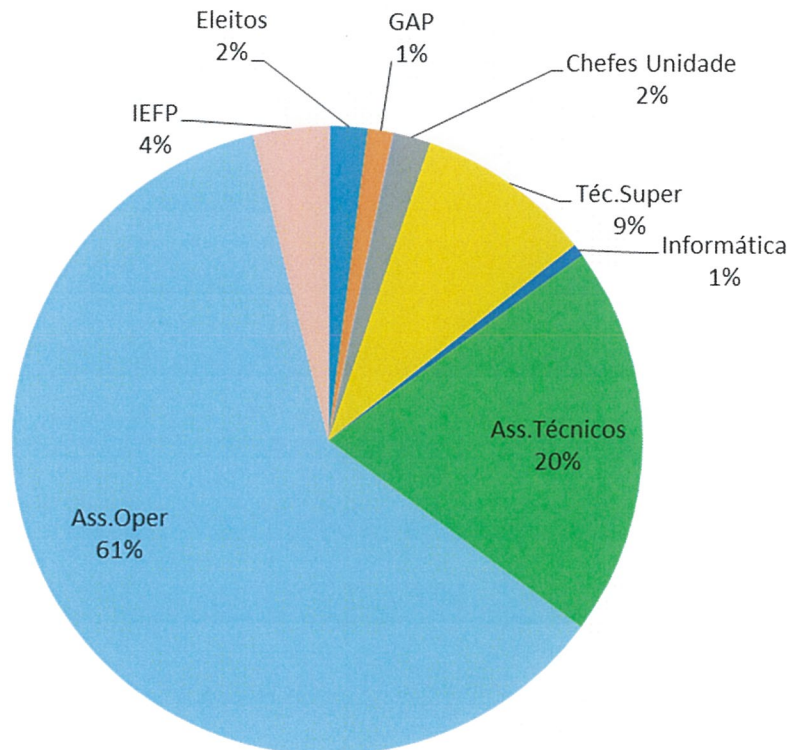
Durante o exercício de 2020, o número de colaboradores ao serviço do Grupo Município de Cuba foi o seguinte:

Entidade	Ano	Nº de Colaboradores
Município de Cuba	2020	154
Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda	2020	44

Caracterização dos recursos humanos do Município:

O Município de Cuba, para o desenvolvimento da sua atividade municipal no âmbito das atribuições que lhe são cometidas, à data de 31 de dezembro de 2020, compreende um total de 154 colaboradores distribuídos, entre, eleitos (em regime de permanência), GAP, dirigentes, carreira de informática, carreiras gerais e ainda de pessoas integradas, em pareceria com o IEFP, IP, na medida de emprego apoiado, distribuídos da seguinte forma em termos de carreiras:

Distribuição de colaboradores



Caracterização dos recursos humanos do Centro de Estudos:

A 31 de dezembro de 2020 o Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda. contava com quarenta e quatro colaboradores: Destes doze efetivos, dezasseis contratados, dois elementos nomeados e dezasseis em regime de prestação de serviços.

Destes 16 desempenham funções de não docência, dois de Direção e os restantes de docência. Em termos percentuais os colaboradores não docentes representam cerca de 35%, 4% funções de Direção e 61% desempenham funções de docência.

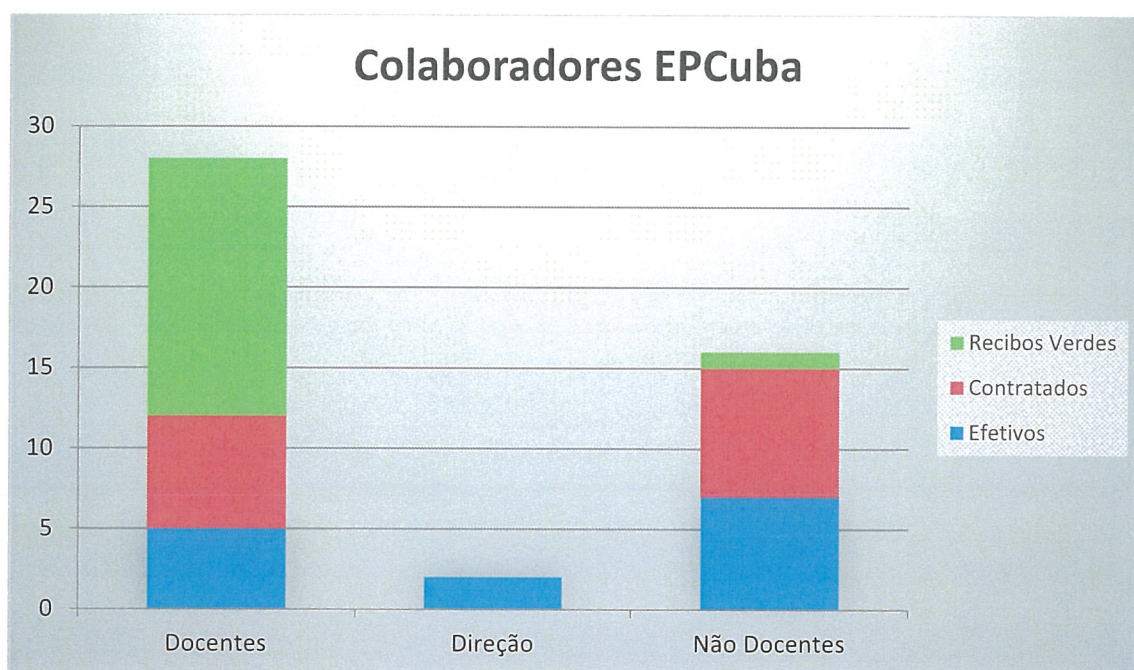


Gráfico 1 - Colabores por Função

1.4 Principais Atividades Desenvolvidas

Município de Cuba

Apesar dos constrangimentos causados pela situação sanitária, o município de Cuba esteve sempre na vanguarda da adaptação do funcionamento dos seus serviços e das suas iniciativas às regras determinadas pelas entidades de saúde nacionais para cada momento, garantindo o funcionamento dos serviços públicos, tão importantes para a vida em sociedade.

No que concerne aos eventos comemorativos e culturais realizados são de realçar as celebrações da Revolução de Abril de 1974, as comemorações do primeiro aniversário da inauguração da Casa Fialho de Almeida, a apresentação do CD do grupo coral *Raízes do Cante*, a manutenção, dentro do possível, da dinamização do centro cultural de Cuba e a celebração da quadra natalícia que tiveram uma componente digital relevante através de transmissões para as redes sociais com enorme sucesso. Como o dissemos anteriormente, todos os sectores de atividade tiveram que se adaptar às circunstâncias e o poder local não fugiu à regra. O recurso aos conteúdos digitais, até aí pouco explorados, permitiu perceber a sua importância enquanto meio de divulgação e comunicação potenciador do investimento público e, simultaneamente, como ferramenta para a criação de um importante arquivo da memória coletiva do concelho.

Na impossibilidade de organizar a 87.ª Feira Anual de Cuba nos moldes habituais, o município não quis deixar de assinalar a data e, embora reconhecendo o momento tão delicado para a saúde pública, mas também para a economia, para os artistas e para os empresários do mundo do espetáculo, fez questão de deixar uma mensagem de ânimo à população e aos comerciantes através da organização de uma série de iniciativas de animação que cumpriram as regras de higiene e segurança em vigor, enquanto cumpriu a sua missão de apoiar a cultura e os seus agentes, com preferência para bandas locais.

No sector do turismo, além do trabalho em permanência que foi mantido sempre que as condições o permitiram, é importante destacar a conclusão e apresentação da plataforma de promoção e apoio ao turista no endereço visitcubaalentejo.pt, que é acompanhada de páginas nas redes sociais mais relevantes e representa um investimento considerável do município na promoção turística do território; a parceria estabelecida com a Make It Better no âmbito do projeto SusTowns: Turismo Sustentável em pequenos e fascinantes povoados da área mediterrânica (Programa Interreg MED da União Europeia); a iniciativa realizada na Casa do Alentejo de apresentação do *Cancioneiro Ilustrado*, de Fernando Estevens, que foi transmitida em direto através das redes sociais e representou um momento importante de promoção do destino turístico *Cuba* e de incremento da notoriedade da marca *Cuba Catedral do Cante* com o desconfinamento do cante alentejano na Casa do Alentejo; o acolhimento da final regional do programa televisivo da RTP – 7 Maravilhas da Cultura Popular, onde estiveram a concurso as Botas Alentejanas produzidas pelo artesão Cubense Mário Grilo; e por fim é importante destacar a assinatura do contrato de financiamento com a Turismo de Portugal para a criação do Ecoparque do Alentejo central em Albergaria dos Fusos que representa uma vitória importantíssima para o turismo do concelho de Cuba e para o seu desenvolvimento económico e social.

Os serviços da *Biblioteca Municipal* mantiveram o seu funcionamento dentro do possível e com adequação às regras sanitárias, garantindo aos munícipes, sempre que possível o acesso à literatura e às artes, porém, releva-se da atividade dos serviços da biblioteca o acompanhamento e representação do município no processo de atribuição do Prémio Literário

Fialho de Almeida que conheceu o seu vencedor no dia 13 de outubro e, mais do que a concretização de uma proposta eleitoral, representa a materialização de um veículo de promoção, defesa e valorização da Língua Portuguesa e da Identidade e Diversidade cultural da Região Alentejo, das suas tradições, ao mesmo tempo que promove e incentiva a Criação Literária nas modalidades de coletânea de contos e romance, bem como o gosto pela Leitura e pela Escrita e desperta a curiosidade para a obra do escritor.

No sector da educação mantiveram-se todos os projetos e serviços de continuidade, ainda que adaptados às regras sanitárias em vigor, ao mesmo tempo que houve necessidade de se preparar, em conjunto com o Agrupamento de Escolas, o novo e exigente ano letivo de 2021 perante um *ambiente* de incerteza quanto à forma como o mesmo decorreria sob a influência da pandemia. Neste sector o destaque vai para o Projeto “Cuba Educa +”, que arrancou no dia 01 de setembro e teve um bom acolhimento por parte dos alunos, do pessoal docente e não docente e através do qual se pretende contribuir para a construção de uma Escola para todos, mais humana, criativa e inteligente, visando a formação integral de todas as crianças e jovens, e para o sucesso da Escola Profissional de Cuba, que a coloca em primeiro lugar do ranking do Ministério da Educação de entre as escolas profissionais do Baixo Alentejo, algo que se reflete na capacidade de atração de novos alunos e na facilidade com que consegue constituir atualmente turmas.

Em matéria de *Desenvolvimento Económico*, os serviços da autarquia priorizaram o apoio às empresas afetadas pela pandemia na procura de apoios para os seus negócios, enquanto continuavam a trabalhar para atrair investimento privado para o concelho e consolidar as intenções de investimento já existentes e que deixam em aberto boas perspetivas para o desenvolvimento económico do concelho e para a criação de postos de trabalho a curto prazo.

No sector do *desporto*, embora os equipamentos tenham estado disponíveis para a prática desportiva em conformidade com as regras vigentes sempre que tal foi possível, a verdade é que toda a atividade desportiva promovida pela autarquia foi cancelada pelo risco que comportava para os frequentadores, razão pela qual talvez tenha sido o sector do município mais afetado.

Em matéria de *obras por empreitada*, o ano de 2020 acumulou projetos que estavam programados para ter o seu início em 2019, mas pelas razões anteriormente expostas no relatório de gestão relativo a esse mesmo ano, e sobre as quais não nos deteremos mais, apenas foram colocadas no terreno durante o ano de 2020 aumentando a pressão sobre os serviços que sempre se pretendeu evitar aquando do planeamento. Assim, no ano em análise, iniciaram no concelho de Cuba os seguintes projetos: A reabilitação do espaço público na rua e largo da horta do Bicho; a reabilitação da entrada de Vila Alva; a reabilitação urbana da estrada da circunvalação em Cuba; a requalificação do campo de futebol de Faro do Alentejo; a reabilitação da estrada da Represa – Vila Alva; a reabilitação urbana do largo da estação e da rua 1.º de maio em Cuba; a requalificação urbana da rua de Serpa Pinto, largo Cristóvão Colon e áreas adjacentes; a reabilitação dos equipamentos desportivos da escola profissional de

cuba; a requalificação do campo de futebol Dr. Amado Aguilár em Cuba com construção da respetiva bancada; e a reabilitação do Centro Cultural de Vila Ruiva, representando um investimento de capital transversal a todo o concelho e a várias áreas de atuação do município ímpar nos últimos anos.

Se o trabalho apresentado anteriormente nas mais diversas áreas, ainda que de forma sucinta, é bem demonstrativo da dinâmica desenvolvida pela quase generalidade dos serviços municipais na tentativa de adaptação do serviço público de proximidade a um novo normal, também houve sectores que, pela área de atuação ou pelas alterações nos comportamentos impostos à sociedade, tiveram um acréscimo de trabalho. Falamos dos sectores da *ação social*, da *saúde*, do *Gabinete de Proteção Civil* e dos *serviços operativos* que foram chamados a desempenharem um papel ainda mais relevante perante as circunstâncias, quer no apoio às pessoas em quarentena profilática, aos idosos ainda mais isolados face às circunstâncias e às famílias com carências económicas, assim como na colaboração com as entidades de saúde do concelho, com as instituições detentoras de residenciais para pessoas idosas, com as entidades de segurança pública e os bombeiros ou na manutenção da higiene urbana e na desinfeção do espaço público.

O esforço financeiro feito pela autarquia durante o combate à pandemia, como atrás referimos, foi realizado tanto pela componente da despesa como da receita, ou seja, a definição do pacote de quinze medidas extraordinárias de apoio às famílias, empresas e instituições do concelho comportaram perda de receitas para autarquia e aumento da despesa com o objetivo de minorar os efeitos sociais e económicos causados pela pandemia do Covid-19.

Deve, também ser realçada a decisão de manter o cumprimento do pagamento das verbas acordadas em protocolo com as associações do concelho, independentemente da realização das atividades protocoladas, garantindo a continuidade da sua atividade após o desconfinamento; de reforçar as verbas destinadas ao Programa de Emergência Social; de alargar a entrega de refeições gratuitas a alunos do Pré-Escolar e 1. Ciclo do escalão B; de reduzir temporariamente a renda de habitação Municipal para 70%; de suspender temporariamente as penalizações por incumprimento no atraso do pagamento da renda e da água; de aumentar o apoio ao arrendamento em mais 50%; de prolongar temporariamente a validade do cartão social 2019 até final do ano de 2020 e de analisar novas candidaturas até ao final de Junho do ano; de reduzir em 75% a fatura da água para famílias que beneficiem do cartão social; de prolongar a validade do cartão “Abem” – Apoio a medicamentos por mais 12 meses e análise de novos casos e novas candidaturas; de isentar integral e temporariamente do pagamento da renda os estabelecimentos comerciais propriedade da autarquia até à abertura dos espaços; de isentar as empresas temporariamente de taxas de ocupação de via pública e publicidade; de realizar o pagamento imediato aos fornecedores, com possíveis antecipações dentro dos limites da lei; de fornecer as refeições/dia à equipa de intervenção permanente dos Bombeiros confeccionada no refeitório dos estaleiros municipais; e de reforçar o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual aos Bombeiros, GNR, Centro de

Saúde e IPSS,s do concelho, que consubstanciaram num apoio direto e indireto de mais de 100 mil euros.

Por fim, cumpre-nos referir a importância do empenho dos trabalhadores para a ação bem-sucedida do município durante o último ano em circunstâncias muito especiais e extremamente difíceis que exigiram do executivo e dos serviços uma enorme coragem, capacidade de adaptação, de criatividade e de reinvenção para mantermos a atividade da autarquia. Foi exemplar o empenho dos trabalhadores que garantiram a prestação do serviço público, razão pela qual deixamos aqui o agradecimento público por terem estado à altura das exigências e por terem confiado nas decisões do executivo municipal, revelando um elevado sentido de responsabilidade perante a comunidade. É vossa uma grande parte do êxito da ação do município. A todos e todas o nosso muito obrigado.

Centro de Estudos

No final do ano letivo 2019/2020, que encerrou a 31 de agosto de 2020 concluíram a sua formação na EPCuba duas turmas do Ensino Profissional e uma turma de CEF tipo II.

Para o ano letivo 2020/2021 a Escola Profissional de Cuba solicitou três novas turmas de 1º ano Tipo IV, Cursos Técnicos Profissionais, e uma nova turma de CEF Tipo II (Curso de Educação e Formação), de acordo com o levantamento de necessidades de formação identificadas pela DGEstE.

Esta proposta foi posteriormente aprovada em reunião das Redes dos Cursos de Educação e Formação e dos Cursos Profissionais,

Assim no ano letivo de 2020/2021 iniciou com quatro novas turmas:

- Três turmas de nível IV: uma turma do curso de Técnico de Ação Educativa, uma turma do curso de Técnico de Audiovisuais, e uma turma do curso de Técnico de Desporto.
- Uma turma de Educação Formação CEF Tipo II composta por meia turma de Operador de Fotografia e meia turma de Operador de Informática.

O ano letivo de 2020/2021 iniciou assim com 4 novas turmas de 1º ano e a conclusão de 3 turmas, 2 de Profissional nível IV e uma de CEF.

Assim, dando continuidade à tendência registada nos dois últimos anos a EPCuba regista pelo terceiro ano consecutivo um crescimento quer quanto ao número de turmas quer quanto ao número de alunos.

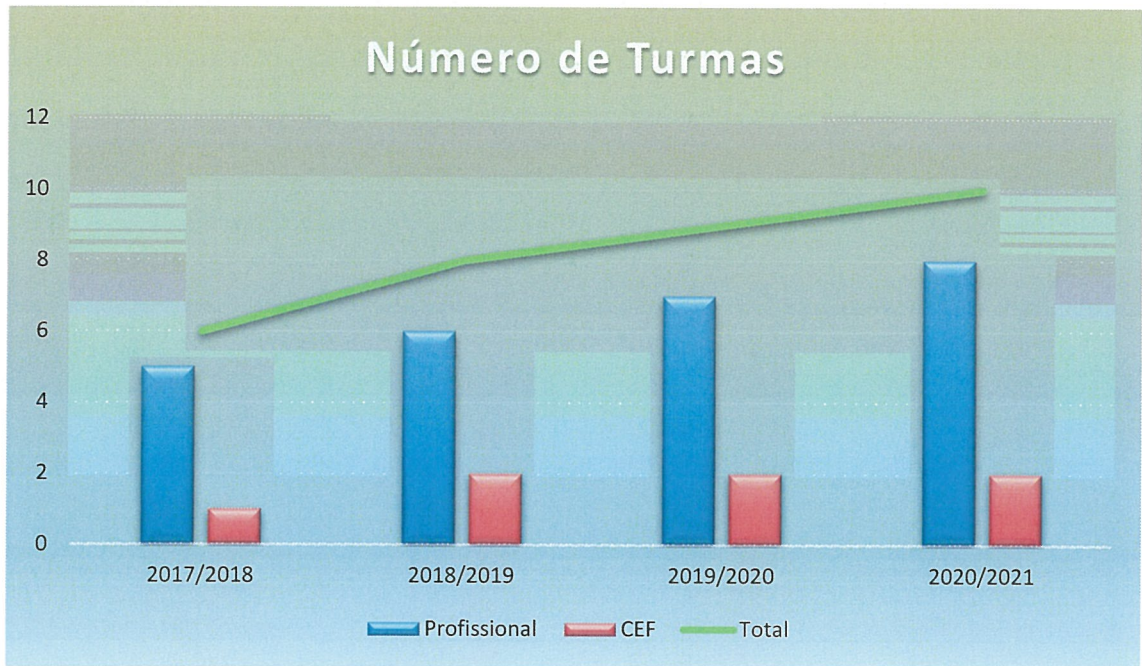


Gráfico 2 - Evolução do número de Turmas

Com o aumento no número de turmas registou-se igualmente um aumento no número de alunos, onde se passou de um total de 173 no final de 2019 para um total de 186 alunos no final do ano de 2020. Salientasse o facto de este ser o número mais elevado de alunos a frequentar a EPCuba desde a sua criação.

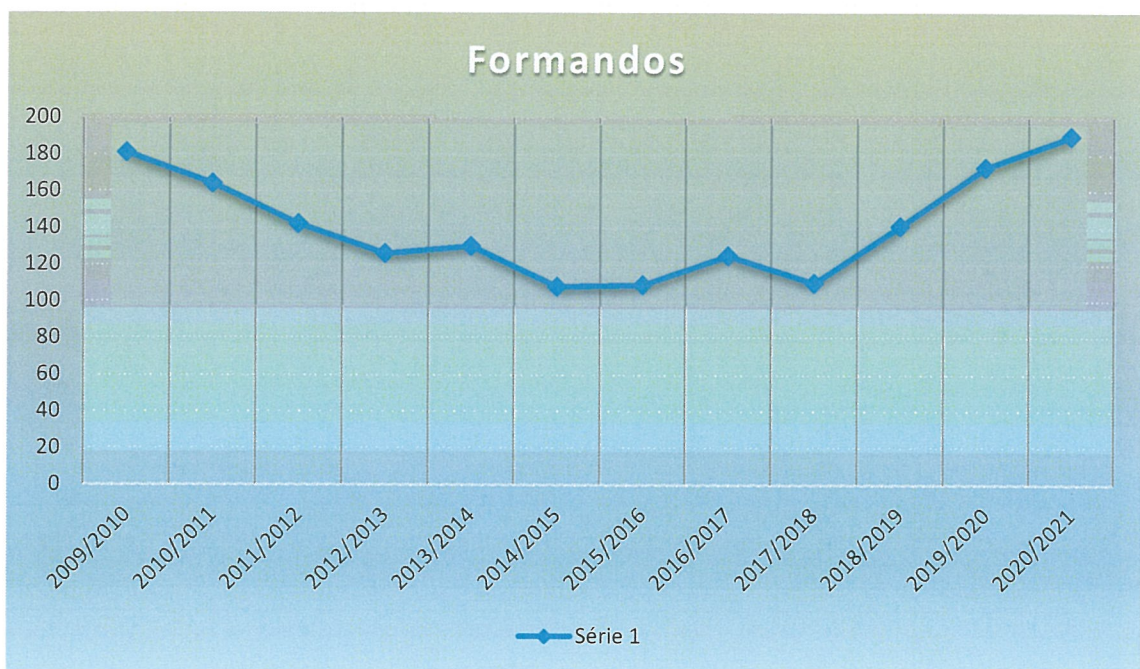


Gráfico 3 - Evolução Número de Formandos

Os alunos que frequentavam a EPCuba no início do ano letivo 2020/2021 encontravam-se distribuídos por 10 turmas e 7 cursos de acordo com a tabela 1.

Cursos Ano Letivo 2019-2020	1º Ano	2º Ano	3º Ano	Alunos por Curso
Técnico de Audiovisuais	20	19	12	51
Técnico Ação Educativa	18			18
Técnico de Desporto	26	28		54
Técnico de Auxiliar de Saúde			8	8
Técnico Apoio à Infância		15	8	23
Curso Educação Formação – Operador Informática	6	8		14
Curso de Educação e Formação – Op. Fotografia	11	7		18
TOTAIS	81	77	28	186

Tabela 1 - Distribuição Formandos por Curso/Ano

Do universo de alunos da EPCuba 23% são residentes no concelho de Cuba e 77% oriundos de outros concelhos.

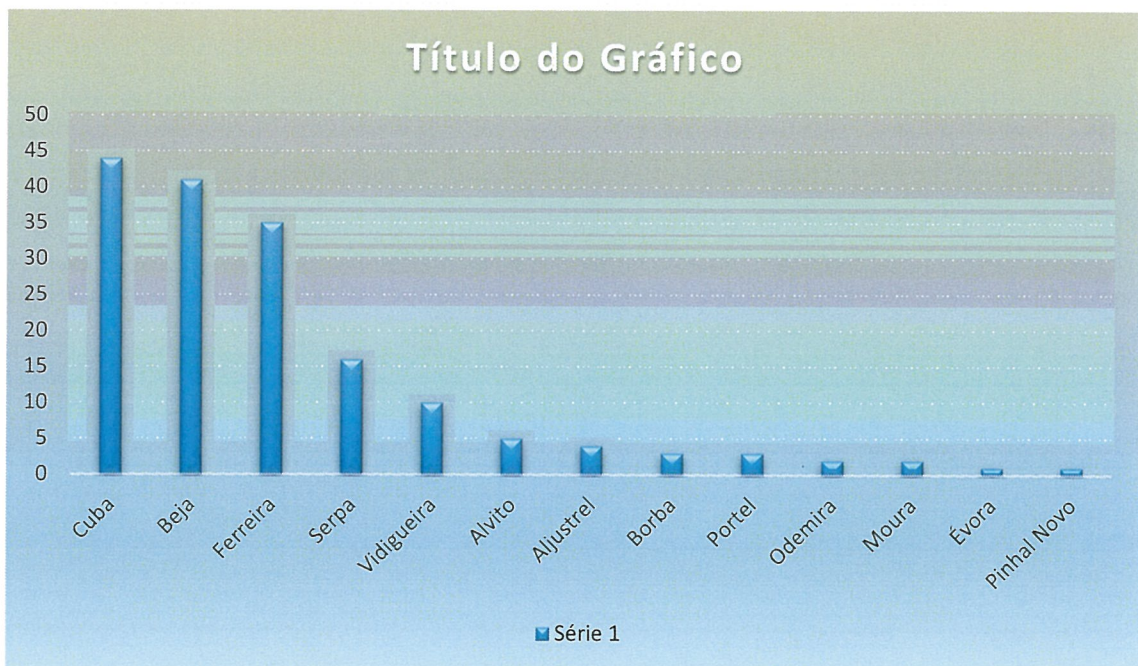


Tabela 2 Distribuição Formandos por Concelho Origem

De acordo com as normas em vigor nas candidaturas do quadro Portugal 2020 para o ensino Profissional, é atribuído subsídio de almoço a todos os alunos da EPCuba, a 9% é atribuído subsídio de alojamento e a 68% subsídio de transporte

Atividade Desenvolvida durante o ano de 2020

Tem vindo a ser habitual na Escola Profissional de Cuba pretendemos que para além dos conhecimentos e competências adquiridos em contexto de sala de aula, os nossos formandos desenvolvam outras atividades que lhes permitam o contacto com outras realidades culturais, compreender a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos na instituição escolar, bem como, desenvolver o seu espírito crítico, o seu conceito de cidadania ativa, tornando-se elementos válidos duma comunidade para a qual irão, também, contribuir.

Para o ano de 2020 encontravam-se planeadas um elevado conjunto de atividades, no entanto devido à pandemia COVID-19 não foi possível realizar a maioria das atividades inicialmente planeadas.

janeiro	Ação / Atividade
8 de janeiro	V-Reunião de Conselho Pedagógico.
13 de janeiro	VI-Reunião Extraordinária do Conselho Pedagógico.
15 de janeiro	Reunião em Vidigueira do EQAVET.
16 janeiro	Reunião mensal na Câmara Municipal de Cuba.
24 de janeiro	Torneio de Futsal em Moura. Participação dos alunos da EPCUBA.
27 de janeiro	Colóquio/Debate com a presença do Deputado João Dias (PCP) - Parlamento dos Jovens- “VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E NO NAMORO: COMO GARANTIR O RESPEITO E A IGUALDADE?” : Biblioteca Municipal de Cuba às 11:00h.
29 de janeiro	Eleições para o Parlamento dos Jovens.
31 de janeiro	1ºSeminário de Apoio à Infância- Brincar a Brincar . Realiza-se na Biblioteca Municipal de Cuba. Este seminário conta com a presença da Dr.ª Ana Vasconcelos, Dr.ª Vânia Beliz e da Educadora Helena Grilo.
fevereiro	Ação / Atividade
14 de fevereiro	Comemoração do dia dos namorados

fevereiro a março 2020	Colóquios e julgamento sobre a violência doméstica e violação “Hoje Não Responsável - Deputados do Parlamento dos Jovens
abril	Ação / Atividade
8 de abril	10ª-Reunião de Conselho Pedagógico (on line)
30 de abril	Apresentação e Discussão Pública das Provas de Aptidão Profissional do Curso Técnico de Auxiliar de Saúde e Técnico de Apoio à Infância. (on line)
maio	Ação / Atividade
4 de maio	Início da FCT dos alunos dos 2ºs e 3ºs Ano do Curso Técnico TAI E TAS
9 de maio	Atividades relacionadas com o Dia da Europa. (online)
13 de maio	Conselho Pedagógico
junho	Ação / Atividade
Durante todo o mês	Partilha das atividades da formação em contexto de trabalho no facebook da escola.
9 de junho a 26	Promoção da Oferta Formativa em várias escolas do distrito (on line)
junho e julho	Trabalhos relacionados com o EQAVET (reuniões online)
8 de junho	Edição das Jornadas EPC Saúde + - Atividade organizada pelo 3º ano do Curso Técnico Auxiliar de Saúde e que compreendeu o colóquio “Primeiros Socorros”, para os alunos da EBI de Cuba, alunos de cursos do IEPF em Cuba, alunos da Escola Profissional de Cuba e Público em geral; Diagnósticos Básicos de Saúde – peso, tensão arterial, glicémia, entre outros; Atividades de Exercício Físico e Almoço Saudável.
9 de junho a 26	Promoção da Oferta Formativa em várias escolas do distrito
setembro	Ação / Atividade

8 de setembro	Reunião de Conselho Pedagógico
17 de setembro	Início das atividades letivas.
outubro	Ação / Atividade
14 de outubro	Reunião de Conselho Pedagógico
19 de outubro	Reunião com a Equipa do CRESCE e APARECE
19 de outubro	Reunião com a equipa da EMEI
19 a 27 de outubro	Atividades no âmbito da Comemoração do Dia Municipal para a Igualdade
20 de outubro	Sensibilização nas diferentes turmas sobre o tema Stop Bullying. Apresentação de trabalhos.
26 de outubro	Reunião de consórcio com as Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado
30 de outubro	Realização de decorações para o Halloween. Visualização de filmes de terror.
novembro	Ação / Atividade
5 de novembro de 2020	Exercício público de sensibilização para o risco Sísmico A TERRA TREME.
11 de novembro	Magusto.
20 de novembro	Dia do Pijama. (Recolha de alimentos e bens essenciais, roupa de criança e brinquedos)
20 de novembro	Dia Mundial dos Direitos da Criança (estendal dos direitos da Criança)

dezembro	Ação / Atividade
9 de dezembro	Ornamentação da Escola com temas alusivos ao Natal.
14 de dezembro	Realização de um filme sobre: TERRA, FOGO, AR e ÁGUA (alunos de TAV)
18 de dezembro	Caminhada EPC – Saudável.

2. Relato Patrimonial

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por prestar uma informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados consolidados. Não se fará referência à contabilidade de gestão, uma vez que ao Centro de Estudos não se aplica. Ressalva-se que as comparações a nível do Balanço e da DR, e uma vez que é o primeiro ano de prestação de contas em SNC-AP (Município) tiveram por base a conversão, com todas as alterações necessárias para este novo referencial contabilístico no respeitante à informação constante das mesmas em prestação de contas de 2019, em POCAL, no entanto existem itens cuja comparabilidade poderá ficar distorcida.

2.1. Balanço

Em 2020 o ativo do grupo autárquico atingiu os €29.086.132,40 o que significa um aumento de €924.394,58 face ao ano anterior (3,3%). De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Quadro - Evolução do ativo

Componentes do Ativo	2020	2019	2020/2019
Ativos fixos tangíveis	27 223 504,94	25 701 126,40	5,9%
Propriedades de investimento	0,00	281 704,62	0,0%
Ativos intangíveis	36 437,31	141 781,70	-74,3%
Participações financeiras	159 358,50	159 358,50	0,0%
Ativo não corrente	27 419 300,75	26 283 971,22	4,3%
Inventários	39 040,51	28 541,49	36,8%
Devedores p/ transf. e subsídios não reembolsáveis		22 500,00	0,0%
Clientes, contribuintes e utentes	81 197,46	76 193,79	6,6%
Estado e outros entes públicos	33 816,30	29 009,20	16,6%
Outras contas a receber	1 317 615,69	1 491 072,83	-11,6%
Diferimentos	19 631,79	8 991,37	118,0%
Caixa e depósitos	175 529,90	221 457,92	-20,7%
Ativo corrente	1 666 831,65	1 877 766,60	-11,2%
Ativo total	29 086 132,40	28 161 737,82	3,3%

Os ativos fixos tangíveis representam 93,60% do total do ativo e registaram uma subida de 1,52 milhões de euros (5,9%).

Este aumento deve-se sobretudo às obras, bens adquiridos e às reconciliações que foram necessárias efetuar a nível dos ativos fixos tangíveis, com mais impacto as alterações a nível da valorização e da política das amortizações. Também outros itens do ativo não corrente, em virtude da entrada do novo referencial contabilístico, sofreram alterações. A contribuição dos ativos fixos tangíveis (adições), do Centro de Estudos, foi na ordem dos sete mil euros.

As dívidas de terceiros representam 0,28 % do ativo e tiveram uma variação positiva relativamente a 2019, justificada pelas medidas implementadas no que diz respeito à pandemia, no que diz respeito ao Município, as dívidas de terceiros do centro de estudos são pouco significativas.

Os diferimentos ascendem a dezanove mil euros, e cresceram 118% relativamente ao ano anterior.

É de salientar uma diminuição do saldo de disponibilidades de quarenta e cinco mil euros em 2020 (-20,7%), comparativamente a 2019.

Quadro - Evolução do passivo

Em relação ao passivo, o grupo encerrou o ano com um valor de 5,19 milhões euros, sendo constituído em 35,55% por passivo não corrente e em 64,45% por passivo corrente. De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas.

Passivo	2020	2019	2020/2019
Provisões	5 271,00	5 271,00	0,0%
Financiamentos obtidos	1 840 710,90	1 181 341,45	55,8%
Passivo não corrente	1 845 981,90	1 186 612,45	55,6%
Credores por transf. e subs. não recemb. concedidos	58 654,69	25 056,39	134%
Fornecedores	696 581,52	650 814,42	7,0%
Aditamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	117 903,70	176 330,83	-33,1%
Financiamentos obtidos	447 321,48	651 315,94	-31,3%
Fornecedores de investimento	185 642,98	98 001,33	89,4%
Outras contas a pagar	873 567,38	708 555,12	23,3%
Diferimentos	967 354,68	1 332 495,13	-27,4%
Passivo corrente	3 347 026,43	3 642 569,16	-8,1%
Total do passivo	5 193 008,33	4 829 181,61	7,5%

Comparando com o período homólogo, o total do passivo, endividamento do grupo consolidado, teve uma variação positiva de 7,50%, que resulta de uma subida generalizada das suas rubricas. As rubricas de fornecedores e fornecedores de investimento tiveram um

acrécimo de 7% e 89,4% respetivamente, traduzindo-se num aumento total de dívida a fornecedores na ordem dos 133 mil euros.

No que respeita aos financiamentos obtidos, o crescimento verificado a nível do passivo não corrente, deve-se a dívida só do Município, e justifica-se pela utilização de novos empréstimos contratados em 2020 e pela aquisição em leasing de um autocarro, tendo sido respeitado o plano de amortização dos empréstimos em vigor. No que respeita aos financiamentos constantes do passivo corrente, verifica-se um decréscimo de (-31,3%), que se deve essencialmente, a empréstimos que no ano de 2020 foram totalmente amortizados, por parte do Município. No que respeita ao Centro de Estudos os financiamentos referem-se a uma conta corrente caucionada, que no final de 2020 apresentava um saldo na ordem dos 248 mil euros. Verificou-se que no início de 2020 esta conta corrente caucionada apresentava um saldo na ordem dos 354 mil euros.

Os diferimentos em 2020 e perante o SNC-AP, refletem os saldos decorrentes da aplicação da periodização económica (contas de custos diferidos e proveitos diferidos em POCAL), relacionados com a execução dos projetos cofinanciados cujo contrato de subsídio não se encontra ainda atribuído ao bem correlacionado, assim, e perante o novo referencial contabilístico, os contratos de subsídio cujas condições já se encontram cumpridas, e que já se encontram associados ao respetivo bem, foram reclassificados na conta 593, por força da aplicação da norma NCP 14. No centro de estudos, são referentes a projetos do POCH E ERASMUS.

2.2. Demonstração de resultados

O resultado líquido negativo ascende a cerca de 1,1 milhões de euros, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza. Os rendimentos do grupo em 2020 foram de 6,3 milhões de euros para um nível de gastos de 7,4 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de 5% dos rendimentos e uma diminuição de (-1,1%) dos gastos relativamente a 2019.

De seguida, passamos para a análise dos rendimentos do grupo de 2020 e a sua evolução face ao ano anterior.

Rendimentos	2020	2019	2020/2019
Impostos, contribuições e taxas	618 497,82	799 870,72	-15,6%
Impostos diretos	454 674,15	414 430,58	9,7%
Derrama	77 386,20	86 320,83	-10,4%
IMI	285 758,57	236 250,39	21,0%
IUC	91 529,38	91 859,36	-0,4%
Impostos indiretos	105 034,15	220 847,85	-52,4%
IMT	105 034,15	194 984,00	-46,1%
Outros	0,00	25 863,85	0,0%
Taxas, multas e outras penalidades	58 789,52	164 592,29	-64,3%
Taxas específicas das autarquias locais	57 100,85	163 797,05	-65,1%
Multas e outras penalidades	1 688,67	795,24	112,4%
Vendas	326 041,63	311 351,12	4,7%
Prestações de serviços e concessões	364 615,06	287 845,86	26,7%
Trabalhos para a própria entidade	16 921,44	57 006,78	-70,3%
Transferências e Subsídios Obtidos	4 201 546,31	4 460 648,39	-5,8%
Reversões	11 059,57	0,00	0,0%
Outros rendimentos	776 176,55	749 499,27	3,6%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	4 462,48	0,00	0,0%
Total	6 319 320,86	6 666 222,14	5%

Os impostos, contribuições e taxas compreendem os impostos diretos (9,7%), impostos indiretos (-52,40%) e as taxas, multas e outras penalidades (-64,3%).

O aumento dos impostos diretos em 2020 foi de 9,7% e resulta do acréscimo do imposto municipal sobre imóveis (+49.508,18 euros). As diminuições da derrama e do IMT são o reflexo da crise económica vivida no ano de 2020.

Na rubrica de taxas, multas e outras penalidades verificou-se uma quebra de 64,30% resultado das opções tomadas face à pandemia e à forma de classificar a receita respeitante à tarifa do saneamento, que vai incrementar as prestações de serviços.

A rubrica de prestações de serviços teve um aumento de €76.769,20, traduzindo um aumento de 26,70 % e que se justifica pela alteração já referida de ser aqui enquadrada a tarifa do saneamento, no que diz respeito ao Município. Em relação ao Centro de Estudos, os rendimentos estão relacionados essencialmente com deslocações/transportes e aluguer de salas.

A rubrica de transferências e subsídios obtidos do grupo, totaliza 4,20 milhões de euros, tendo registado uma diminuição de -5,80%, resultante da alteração da forma como as transferências da componente do FEF de capital e do artigo 35º são tratadas, deixando de estar incluídas, direta e integralmente na demonstração de resultados, isto no que se refere ao Município. A nível do Centro de Estudos, estão aqui incluídos os subsídios à exploração, essencialmente projetos POCH e ERASMUS.

A rubrica das reversões teve um aumento devido à regularização da imparidade constituída em 2019 por conta de existências, tendo por base materiais sem movimento nos últimos 2 anos e encontra-se espelhada nas contas do Município.

Na rubrica de outros rendimentos, o acréscimo verificado é de €26.677,28 (3,6%) que se justifica pelo facto de em 2020 ter existido uma maior imputação de subsídios e transferências para investimentos.

Na rubrica de juros e outros rendimentos similares obtidos verificou-se um aumento exponencial que resulta da distribuição de resultados do FAM.

Os gastos incorridos nas contas do grupo apresentam-se da seguinte forma:

Gastos	2020	2019	2020/2019
Transferências e subsídios concedidos	480 906,77	523 560,05	-8,2%
CMVMC	431 209,00	463 431,77	-7,0%
FSE	1 438 486,96	1 631 734,75	-11,9%
Gastos com o pessoal	3 219 043,19	3 375 219,48	-4,6%
Gastos de depreciação e de amortização	1 594 376,06	1 164 678,31	36,9%
Perdas por imparidade	21 395,30	85 760,01	-75,1%
Provisões do período	0,00	0,00	0,0%
Outros gastos e perdas	180 487,47	206 662,97	-12,7%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	43 187,91	36 480,26	18,4%
Imposto sobre o rendimento	1 840,79	2 678,60	
Total	7 410 933,45	7 490 206,20	-1,1%

À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos do grupo são os gastos com pessoal (43,44%), gastos de depreciação e amortização (21,51%) e os fornecimentos e serviços externos (19,41%). Comparativamente com o período de 2019, os fornecimentos e serviços externos tiveram um decréscimo de 11,9% e os gastos com o pessoal tiveram um decréscimo de 4,6%.

As amortizações do exercício sofreram um acréscimo de cerca de 430 mil euros em relação a 2019, que corresponde a todo um conjunto de alterações dos bens do ativo fixo tangível, quer pela via da passagem de imobilizado a firme, quer pelas alterações impostas pelo SNC-AP, assim o incremento verificado neste item dos gastos do grupo, deve-se ao atrás exposto.

2.3. Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros do grupo no ano de 2020.

Indicadores	Rácio	2020	2019
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	82%	83%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	4,60%	4,83%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	49,80%	51,55%
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventário)/Passivo Corrente	48,63%	50,76%
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	5,24%	6,08%
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	-5%	-4%

A Autonomia Financeira do exercício atinge 82%, percentagem que nos revela uma independência mediana, ou seja, o recurso ao crédito ainda é facilitado. A liquidez geral do exercício foi de 49,80%. Relativamente ao exercício anterior, verificou-se um decréscimo no indicador da Liquidez Geral, o que significa, que a situação de tesouraria está menos desafogada. A liquidez imediata atingiu no exercício, 5,24%, valor reduzido, traduzindo a fragilidade de tesouraria no imediato.

2.4 Fatos relevantes após encerramento do exercício de 2020:

Tendo em consideração que o surto de Covid-19 tem impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza numa escala global as suas implicações ao nível do relato financeiro do Município de Cuba também são significativas.

Nestas circunstâncias, e tendo em consideração que a preparação das demonstrações financeiras de 2020, assumiram o pressuposto da continuidade, entendeu-se como relevante apresentar a seguinte informação:

Foi presente à Câmara, na sua reunião extraordinária de 10 de Fevereiro de 2021, várias propostas, da autoria do Presidente da Câmara, cujo teor aqui se transcrevem:

“O atual cenário de crise epidemiológica, o Estado de Emergência, e o confinamento geral decretado pelo Presidente da República, Governo e Assembleia da República bem como a atual situação pandémica existente no concelho exige uma série de tomada de medidas de apoio às populações, nomeadamente famílias e empresas”.

Proposta nº1 do Presidente da Câmara para aplicação de medidas variadas no âmbito das competências autárquicas em função da pandemia covid:

- 1) – Alargamento da entrega de refeições gratuitas a alunos do Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Escalão B;
- 2) – Redução temporária da renda de habitação municipal para 70%;
- 3) – Término temporário das penalizações por incumprimento no atraso do pagamento da renda e da água;
- 4) – Aumento do apoio ao arrendamento em mais 50%;
- 5) – Prolongamento temporário da validade do cartão social 2020 até ao final do ano e análise de novas candidaturas até ao final de Abril de 2021;-
- 6) – Redução de 75% na fatura da água para famílias que beneficiem do cartão social;
- 7) – Prolongamento da validação do cartão “Abem” – apoio a medicamentos por mais 12 meses e análise de novos casos e novas candidaturas;
- 8) – Isenção temporária de taxas de ocupação de via pública e publicidade;
- 9) – Fornecimento das refeições/dia à equipa de intervenção permanente dos bombeiros confeccionada no refeitório dos estaleiros municipais.

Proposta nº2 do Presidente da Câmara para isenção do pagamento da fatura da água, saneamento e resíduos sólidos urbanos no primeiro trimestre de 2021, para as empresas de determinadas áreas.

Foi presente à Câmara a proposta aqui denominada n.º 2, da autoria do Presidente da Câmara, cujo teor aqui se transcreve:

O atual cenário de crise epidemiológica, o Estado de Emergência, e o confinamento geral decretado pelo Presidente da República, Governo e Assembleia da República bem como a atual situação pandémica existente no concelho exige uma série de tomada de medidas de apoio às populações e também às empresas especialmente aquelas cuja atividade tem sido mais afetada pela pandemia:

Desta forma, considerando atual situação, venho por este meio propor que a câmara, como complemento às medidas já tomadas de dinamização e apoio à economia do concelho, delibere durante o primeiro trimestre de 2021:

- Isenção do pagamento da fatura de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos no primeiro trimestre de 2021, para as empresas das áreas:

- 1) – Alojamento, Restauração e Bebidas;
- 2) – Salões de Cabeleireiros e Institutos de Beleza;
- 3) – Comércio a retalho de flores, plantas e fertilizantes em estabelecimentos especializados;

- 4) – Comércio a retalho de vestuário para adultos e crianças;
- 5) – Comércio a retalho de outros produtos novos em estabelecimentos especializados.

Proposta nº3 do Presidente da Câmara para atribuição de verba extraordinária aos Bombeiros Voluntários de Cuba, em virtude da Pandemia Covid.

Foi presente à Câmara a proposta aqui denominada n.º 3, da autoria do Presidente da Câmara, cujo teor aqui se transcreve:

Considerando as dificuldades sentidas pela Associação Humanitário dos Bombeiros Voluntários de Cuba em virtude da diminuição abrupta do transporte de doentes não urgentes, e que se tem sentido um pouco por todo o país, provocando um impacto muito significativo na sua faturação, agravada pelo acréscimo repentino de gastos com equipamentos de proteção individual e material de desinfeção, o que tem colocado todas as associações de bombeiros em situação de debilidade financeira que pode comprometer a atividade operacional dos corpos de Bombeiros e, conseqüentemente, a sua capacidade de resposta a emergências:

- Proponho que a câmara delibere atribuir um subsídio excecional à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cuba no montante de 10.000,00€ para o combate à pandemia e auxílio à aquisição de equipamentos de proteção individual e material de desinfeção.

Proposta nº4 do presidente da Câmara para criação do Programa “ Abraçar a economia local”.

Foi presente à Câmara a proposta aqui denominada n.º 4, da autoria do Presidente da Câmara, cujo teor aqui se transcreve:

O atual cenário de crise epidemiológica, o Estado de Emergência, e o confinamento geral decretado pelo Presidente da República, Governo e Assembleia da República bem como a atual situação pandémica existente no concelho exige uma série de tomada de medidas de apoio às populações e também às empresas especialmente aquelas cuja atividade tem sido mais afetada pela pandemia:

Desta forma, considerando atual situação, venho por este meio propor que a câmara, como complemento às medidas já tomadas de dinamização e apoio à economia do concelho, delibere criar o Programa “ **Abraçar a Economia Local** “.

Este programa institui o apoio a estabelecimentos de restauração e bebidas, atividades artísticas e culturais e outras especificadas em regulamento próprio e tem como destinatários empresas, empresários em nome individual (ENI) com contabilidade organizada ou em regime simplificado com sede e atividade desenvolvida no concelho de Cuba.

Deliberar que a dotação orçamental do programa é de 75.000€ (setenta e cinco mil euros).

Neste sentido devem os serviços municipais preparar regulamento, procedimentos e toda a documentação necessária para que o mesmo possa entrar em vigor a 01 de Março de 2021.

PANDEMIA COVID – SURTO NA ERPI DA SCM DE CUBA – APOIO PRESTADO PELO MUNICÍPIO DE CUBA.

1.º - O Município de Cuba prestou apoio à SCM de Cuba no decurso do surto de pandemia COVID ocorrido em janeiro de 2021 na ERPI daquela instituição no montante de **25.450,51€** (vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta euros e cinquenta e um cêntimos) valor que inclui apenas o IVA pago na contratação dos profissionais de enfermagem, porquanto em relação às outras despesas esse imposto ainda não foi apurado se é devido.

2.º- Tomar conhecimento que parte dessas verbas podem ser reembolsadas, mas até à data ainda não existe legislação que sustente essa situação.

PANDEMIA COVID – ERPI DA SCM DE VILA ALVA - SOLICITAÇÃO FORMAL DE APOIO FINANCEIRO.

A Câmara por unanimidade, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou atribuir uma verba no valor de 10 000,00 euros, apoio que deverá ser considerado no âmbito do combate à pandemia.

As medidas acima expostas terão um impacto substancial no aumento da despesa e também a nível da diminuição de arrecadação de receita, bem como possíveis implicações na dívida, embora se encontre salvaguardada que esta não conta para efeitos do artigo 52.º do REFALEI, sendo também inevitáveis alterações nas GOP'S para 2021.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA
CENTRO DE ESTUDOS DIOGO DIAS MELGAZ, L.PESSOAALDA



CUBA
MUNICÍPIO
Terra com Alma

BALANÇO CONSOLIDADO



ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA
CENTRO DE ESTUDOS DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPESSOAL LDA



CUBA
MUNICÍPIO
Terra com Alma

Município de Cuba - Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda			
Balança em 31 de Dezembro de 2020		Valores em €	
RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP	Normativo Anterior
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	27 223 504,94 €	25 701 126,40 €
Propriedades de investimento		- €	281 704,62 €
Ativos intangíveis	3	36 437,31 €	141 781,70 €
Ativos biológicos		- €	- €
Investimentos Participações financeiras	18	159 358,50 €	159 358,50 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €	- €
Clientes, contribuintes e utentes		- €	- €
Acionistas/sócios/associados		- €	- €
Diferimentos		- €	- €
Outros ativos financeiros		- €	- €
Ativos por impostos diferidos		- €	- €
Outras contas a receber		- €	- €
		27 419 300,75 €	26 283 971,22 €
Ativo corrente			
Inventários	10	39 040,51 €	28 541,49 €
Ativos biológicos		- €	- €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	- €	22 500,00 €
Clientes, contribuintes e utentes	18	81 197,46 €	76 193,79 €
Estado e outros entes públicos	18	33 816,30 €	29 009,20 €
Acionistas/sócios/associados		- €	- €
Outras contas a receber	18	1 317 615,69 €	1 491 072,83 €
Diferimentos	23	19 631,79 €	8 991,37 €
Ativos financeiros detidos para negociação		- €	- €
Outros ativos financeiros		- €	- €
Ativos não correntes detidos para venda		- €	- €
Caixa e depósitos	1.3	175 529,90 €	221 457,92 €
		1 666 831,65	1 877 766,60
Total do ativo		29 086 132,40	28 161 737,82
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	23	13 248 401,51 €	13 248 401,51 €
Ações (quotas) próprias		- €	- €
Outros instrumentos de capital próprio		- €	- €
Prémios de emissão		- €	- €
Reservas	23	226 505,16 €	226 505,16 €
Resultados transitados	23	4 328 698,12 €	4 146 547,63 €
Ajustamentos em ativos financeiros	23	- €	- €
Excedentes de revalorização		- €	- €
Outras variações no património líquido	23	7 181 131,77 €	6 535 085,97 €
Resultado líquido do período	23	1 091 612,49 €	823 984,06 €
Dividendos antecipados		- €	- €
Interesses que não controlam		- €	- €
Total do Património Líquido		23 893 124,07 €	23 332 556,21 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	5 271,00 €	5 271,00 €
Financiamentos obtidos	18	1 840 710,90 €	1 181 341,45 €
Fornecedores de investimentos		- €	- €
Fornecedores	18	- €	- €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		- €	- €
Diferimentos		- €	- €
Passivos por impostos diferidos		- €	- €
Outras contas a pagar		- €	- €
		1 845 981,90 €	1 186 612,45 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18	58 654,69 €	25 056,39 €
Fornecedores	18	696 581,52 €	650 814,42 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	- €	- €
Estado e outros entes públicos	18	117 903,70 €	176 330,83 €
Acionistas/sócios/associados		- €	- €
Financiamentos obtidos	18	447 321,48 €	651 315,94 €
Fornecedores de investimentos	18	185 642,98 €	98 001,33 €
Outras contas a pagar	18	873 567,38 €	708 555,12 €
Diferimentos	23	967 354,68 €	1 332 495,13 €
Passivos financeiros detidos para negociação		- €	- €
Outros passivos financeiros		- €	- €
		3 347 026,43	3 642 569,16
Total do Passivo		5 193 008,33	4 829 181,61
Total do Património Líquido e Passivo		29 086 132,40	28 161 737,82

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA



ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA
CENTRO DE ESTUDOS DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPessoal, LDA



CUBA
MUNICÍPIO
Terra com Alma

Município de Cuba e Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2020

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS		SNC-AP	Normativo Anterior
			31/12/2020	31/12/2019
Impostos, contribuições e taxas	14	+	618 497,82 €	799 870,72
Vendas	13	+	326 041,63 €	311 351,12
Prestações de serviços e concessões	13	+	364 615,06 €	287 845,86
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		+/-	- €	0,00 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	+	4 201 546,31 €	4 460 648,39 €
Variações nos inventários da produção		+/-		
Trabalhos para a própria entidade	14	+	16 921,44 €	57 006,78 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-	431 209,00 €	-463 431,77 €
Fornecimentos e serviços externos	23	-	1 438 486,96 €	-1 631 734,75 €
Gastos com pessoal	23	-	3 219 043,19 €	-3 375 219,48 €
Transferências e subsídios concedidos	23	-	480 906,77 €	-523 560,05 €
Prestações sociais		-		
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9	+/-	11 059,57 €	-42 868,67 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	+/-	21 395,30 €	-42 891,34 €
Provisões (aumentos/reduções)		+/-		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		+/-		
Aumentos/reduções de justo valor		+/-		
Outros rendimentos e ganhos	23	+	776 176,55 €	749 499,27 €
Outros gastos e perdas	23	-	180 487,47 €	-206 662,97 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento			543 329,69 €	379 853,11 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		+/-	- 1 594 376,06 €	-1 164 678,31 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		+/-		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)			- 1 051 046,37 €	-784 825,20 €
Juros e rendimentos similares obtidos		+	4 462,48 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados		-	43 187,91 €	-36 480,26 €
Resultado antes de impostos			- 1 089 771,80 €	-821 305,46 €
Imposto sobre o rendimento			- 1 840,79 €	-2 678,60
Resultado líquido do período			- 1 091 612,59 €	-823 984,06 €
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				
Interesses que não controlam				

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LIQUIDO CONSOLIDADA



ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA
CENTRO DE ESTUDOS DIOGO DUAS MELGAZ, UNIPessoal, Lda



CUBA
MUNICÍPIO
Terra com Alma

Município de Cuba - Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda

DESCRICÃO	NOTAS	Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSICÃO NO INICIO DO PERÍODO	(1)	13.248.401,51	0,00	226.505,16	0,00	0,00	4.146.547,63	0,00	0,00	6.535.085,97	-823.984,06	23.332.556,21	0,00	23.332.556,21
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		- €	- €	- €	- €	- €	1.006.144,55 €	- €	- €	278.576,19 €	- €	727.758,36 €	- €	727.758,36 €
Alterações de políticas contabilísticas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realização do excedente de revalorização		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Excedentes de revalorizações e respetivas variações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências e subdições de capital		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	924.421,99 €	- €	924.421,99 €	- €	924.421,99 €
Correcção de erros materiais		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		- €	- €	- €	- €	- €	823.984,06 €	- €	- €	- €	823.984,06 €	- €	- €	0,00
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior		- €	- €	- €	- €	- €	823.984,06 €	- €	- €	- €	823.984,06 €	- €	- €	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182.150,49	0,00	0,00	646.045,80	823.984,06	1.652.180,35	0,00	1.652.180,35
RESULTADO INTEGRAL	(3) (4) = (2) + (3)	0	0	0	0	0	0,00	0	0	0	-1.091.612,49	-1.091.612,49	0,00	-1.091.612,49
OPERAÇÕES COM DEBENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital/património														
Entradas para coberturas de perdas														
Outras operações														
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	(5) (1)+(2)+(3)+(4)+(5)	13.248.401,51		226.505,16	0,00	0,00	4.328.698,12	0,00	0,00	7.181.131,77	-1.091.612,49	23.893.124,07	0,00	23.893.124,07

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS



ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA
CENTRO DE ESTUDOS DIOGO DIAS MELGAZ, LDP/SSOAL LDA



CUBA
MUNICÍPIO
Terra com Alma

Município de Cuba e Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda

Demonstração dos Fluxos de Caixa de 2020

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	+	683 203,11 €	630 424,42
Recebimento de contribuintes	+	607 000,53 €	588 364,82
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		2 286 030,25 €	3 174 489,39
Recebimento de utentes	+	144 001,83 €	32 487,93
Pagamentos a fornecedores	-	1 587 682,18 €	-1 576 751,85 €
Pagamentos ao pessoal	-	3 001 280,90 €	-3 116 904,50 €
Pagamentos de transferências e subsídios	-	461 661,92 €	-455 550,66 €
Pagamentos de prestações sociais	-	82 960,28 €	
Caixa gerada pelas operações	+/-		
Outros recebimentos	+	1 755 221,58 €	645 477,45
Outros pagamentos	-	214 021,29 €	-86 538,00 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(a)	+/-	127 850,73 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	1 431 059,90 €	-433 023,24 €
Activos intangíveis	-	15 159,75 €	
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros	-	13 279,88 €	-8 853,25 €
Outros activos	-	9 335,02 €	-81 317,97 €
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+	- €	10 085,21
Activos intangíveis	+	- €	
Propriedades de investimento	+	12 234,25 €	209 029,97
Investimentos financeiros	+	104 857,71 €	
Outros activos	+		
Subsídios ao investimento	+	355 770,99 €	224 437,09
Transferências de capital	+	625 824,00 €	400 984,00
Juros e rendimentos similares	+	67,03 €	
Dividendos	+	4 426,63 €	
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(b)	+/-	- 365 653,94 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	1 806 356,24 €	1 054 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	1 575 497,44 €	-1 317 187,87 €
Juros e gastos similares	-	39 455,94 €	-27 480,65 €
Dividendos	-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(c)		191 402,86 €
Variação de caixa e seus equivalentes	(a)+(b)+(c)		- 46 400,35 €
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	221 457,92	356 285,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	175 057,57	221 457,92
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período			221 457,92 €
- Equivalentes a caixa no início do período			(15 195,38)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			15 195,38
-Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior			221 457,92 €
De execução orçamental			166 692,29 €
De operações de tesouraria			54 765,63 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período			175 057,57 €
- Equivalentes a caixa no fim do período			15 110,88 €
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			15 110,88 €
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo da gerência seguinte			175 057,57 €
De execução orçamental			173 704,78 €
De operações de tesouraria			1 352,79 €

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA
CENTRO DE ESTUDOS DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPESSOAL LDA



CUBA
MUNICÍPIO
Terra com Alma

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam dão conta das informações relevantes para a sua melhor compreensão.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são expressas em euros, sendo esta também a moeda funcional.

0. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP- DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIO

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública expressas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto – Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

A adoção deste novo referencial implicou um conjunto de ajustamentos ao último balanço preparado de acordo com o anterior normativo contabilístico (POCAL).

Assim, na adoção do novo referencial contabilístico foi necessário:

- Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o POCAL numa categoria, mas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública pertencem a outra categoria;
- Aplicar as normas de Contabilidade Pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Os ajustamentos que foram aplicáveis, resultante da mudança das políticas contabilísticas do POCAL, para o SNC-AP, devem ser reconhecidos numa conta especificamente criada para o efeito, a conta “564 – *Ajustamentos de transição para o SNC-AP*”.

Nas primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC-AP, não é necessário efetuar a reexpressão da informação relativa ao ano anterior (comparativos). Nos termos da NCP 1, as entidades devem efetuar um conjunto de divulgações específicas no primeiro período de relato em que aplicam o SNC-AP, em concreto a forma como a transição do POCAL afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados, através da reconciliação do balanço a 31/12/2019 preparado em POCAL, convertido para as rubricas definidas em SNC-AP, com o balanço de abertura a 01/01/2020 de acordo com o SNC-AP. Assim, esta informação é apresentada através da mera conversão dos saldos

para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP, da seguinte forma:

Nota 0

Rubricas do Balanço	conforme POCAL 31/12/2019	Reconhe- cimento	Desreco- nhcimento	Crítério de mensuração	Imparidades / reversões	Outros	Erros	Reclassi- ficações	SNC-AP 01/01/2020 (10) = (2) + ... + (9)
-1	-2	-3	-4	-5	-6	-7	-8	-9	
Ativo não corrente	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos tangíveis	25 701 126,40 €	372 113,29 €	329 729,77 €	768 151,04 €	€	€	12 990,61 €	269 994,94 €	26 768 665,29 €
Propriedades de investimento	281 704,62 €	€	€	€	€	€	€	281 704,62 €	€
Ativos intangíveis	141 781,70 €	€	€	€	€	€	236,78 €	11 709,68 €	153 254,60 €
Ativos biológicos	€	€	€	€	€	€	€	€	€
Participações financeiras	159 358,50 €	€	€	€	€	€	€	€	159 358,50 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsidi	€	€	€	€	€	€	€	€	€
Inventários	28 541,49 €	€	€	€	€	€	€	€	28 541,49 €
Devedores por transferências e subsídios não recu	22 500,00 €	€	€	€	€	€	€	€	22 500,00 €
Clientes, contribuintes e utentes	76 193,79 €	€	€	€	€	€	€	€	76 193,79 €
Estado e outros entes públicos	29 009,20 €	€	€	€	€	€	€	€	29 009,20 €
Outras contas a receber	1 491 072,83 €	€	€	€	€	€	€	€	1 491 072,83 €
Diferimentos	8 991,37 €	€	€	€	€	€	€	€	8 991,37 €
Caixa e depósitos	221 457,92 €	€	€	€	€	€	€	€	221 457,92 €

No processo de transição para o SNC-AP, as maiores variações ocorreram nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis e de Património Líquido (Ajustamentos de transição).

Tais variações deveram-se à remensuração ao Valor Patrimonial Tributário (VPT) dos Terrenos e Edifícios, utilizando uma prerrogativa prevista no manual de implementação do SNC-AP.

Adicionalmente, por ocasião da implementação do POCAL, foram efetuadas avaliações dos imóveis, elaboradas por entidades independentes, para efeitos dos registos contabilísticos destes ativos no balanço inicial, reportado à dada de 01 de Janeiro de 2002.

Para além destas avaliações já serem muito antigas, tem-se vindo a verificar a existências de grandes discrepâncias entre os seus valores e os atuais VPT's, sendo, nalguns casos, os valores das avaliações significativamente mais elevados.

Para além disso, o VPT é um dos indicadores utilizados para aferir se um imóvel está, ou não, em imparidade.

Desta forma, e de uma forma geral, a adoção do VPT também confere uma maior prudência nas contas do Município.

Em suma, a transição para o SNC-AP, a utilização do VPT permitiu ao Município organizar, estruturar e melhorar a qualidade da informação dos seus imóveis, sem ter que recorrer a avaliações de peritos independentes, evitando assim os gastos inerentes.

Para a grande generalidade dos imóveis mensurados ao VPT, o Município entendeu ser razoável atribuir uma vida útil estimada de 50 anos. Na determinação da vida útil atendeu-se à natureza dos materiais e tecnologias utilizadas na construção dos imóveis. Para tal, teve-se em conta as orientações constantes no Classificador Complementar 2, o qual sugere 50 anos para construções de “betão armado com percentagem de alvenaria de tipo tijolo”.

No quadro acima, os ajustamentos dos valores dos imóveis ao VPT estão apresentados na coluna “Crítérios de mensuração” dos “ativos Fixos Tangíveis”, no montante de €768.151,04
Município de Cuba-Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas – Ano económico de 2020

que, de uma forma genérica, tiveram por contrapartida o “*Património Líquido*” e os “*Ajustamentos de Transição*”, pelo facto de, na maioria dos casos, haver a necessidade de ajustar o valor líquido contabilístico do imóvel ao VPT, destaca-se neste ajustamento o prédio urbano destinado a arquivo municipal.

Importa ainda referir que, caso as cadernetas prediais não distingam o valor do terreno e do edifício e, salvo nos casos em que a dimensão do terreno é muito desproporcional à do edifício, o VPT foi desagregado em terreno e edifício, utilizando as percentagens de 25% e 75%, respetivamente, conforme preconizado no Manual de Implementação para o SNC-AP.

Por fim, para além da mensuração ao VPT, as outras grandes alterações verificadas na transição, são as seguintes:

- Reclassificação na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis dos imóveis que estavam considerados em Investimentos financeiros e que, apesar de gerarem rendas ou outros rendimentos semelhantes, configuravam atividades específicas do Município, com carácter de operacionalidade, como é o caso das habitações arrendadas não consideradas como habitação social.
À data de 1 de janeiro de 2020 esta reclassificação ascendeu a €281.704,62.
- Reclassificação na rubrica de Ativo intangível de diversos softwares (sistemas operativos que sejam parte integrante de hardware), num total de €11.709,68. Até 31 de dezembro de 2019, estes ativos eram classificados em imobilizado corpóreo.
- Reconhecimento e desconhecimento de rubricas de Ativos Fixos Tangíveis, tendo tido maior expressividade, terrenos incluídos em planos de urbanização, terreno rústico ao Rossio da Estação (artigo 94º J), terreno relativo à ETAR de Faro do Alentejo, terreno respeitante ao edifício do estaleiro municipal e de outros terrenos de prédios urbanos.
- Com o SNC-AP, foram criadas duas novas rubricas, uma no ativo e outra no passivo, para evidenciar saldos com a Administração Pública: Devedores e Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis.
- Os proveitos diferidos, anteriormente registados em POCAL na conta 2745 – Subsídios ao investimento, foram repartidos em duas contas. Uma ao nível do passivo em diferimentos, dos subsídios relativos a projetos ainda em curso e uma outra conta ao nível do Património – Outras variações no património líquido, conta 593 (transferências e subsídios de capital), sempre que os financiamentos já se encontravam a ser transferidos para resultados, proporcionalmente às depreciações e amortizações praticadas, deixando de estarem evidenciados no passivo. A 1 de janeiro de 2020, esta

reclassificação cifrou-se em 680,381 mil euros e 6,527 milhões de euros respetivamente.

Também com o SNC-AP, as transferências do Orçamento do Estado, a título de FEF capital e Artigo 35º, nº 3, da Lei nº 73/2015, passaram a ser alocadas ao “Património.

Do processo de transição não resultou qualquer ajustamento no ativo corrente.

Não se verificou qualquer ajustamento a nível do passivo não corrente. No passivo corrente, o balanço comparativo já inclui transferência de saldos com a conversão, contém determinadas transferências, nomeadamente os diferimentos passivos dos subsídios ao investimento, pelo que não reflete na íntegra o balanço de 2019.

Rubricas do Balanço	Valores conforme POCAL 31/12/2019	Reconhe- cimento	Desreco- nhcimento	Critério de mensuração	Imparidad es / reversões	Outros	Erros	Reclassi- ficações	SNC-AP 01/01/2020 (10) = (2) + ... + (9)
-1	-2	-3	-4	-5	-6	-7	-8	-9	
Passivo não corrente									
Provisões	5 271,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	5 271,00 €
Financiamentos obtidos	1 181 341,45 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 181 341,45 €
Passivo corrente									
Credores por transferências e subsídios não	25 056,39 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	25 056,39 €
Fornecedores	650 814,42 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	650 814,42 €
Estado e outros entes públicos	176 330,83 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	176 330,83 €
Financiamentos obtidos	651 315,94 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	651 315,94 €
Fornecedores de investimentos	98 001,33 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	98 001,33 €
Outras contas a pagar	708 555,12 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	708 555,12 €
Diferimentos	1 332 495,13 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 332 495,13 €

Reconciliação entre o património líquido relatado em POCAL em 31/12/2019 com o património líquido de acordo com o SNC-AP em 01/01/2020

As variações decorrentes da transição do património líquido são as seguintes:

Nota 0

Rubricas do Balanço	Valores conforme POCAL 31/12/2019	Reconhe- cimento	Desreco- nhcimento	Critério de mensuração	Imparidad es / reversões	Outros	Erros	Reclassi- ficações	SNC-AP 01/01/2020 (10) = (2) + ... + (9)
-1	-2	-3	-4	-5	-6	-7	-8	-9	
Património/Capital	13 248 401,51 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	13 248 401,51 €
Ações (quotas) próprias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros instrumentos de capital próprio	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Prémios de emissão	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Reservas	226 505,16 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	226 505,16 €
Resultados transitados	4 146 547,63 €	372 113,29 €	- 329 729,77 €	768 151,04 €	- €	51 995,28 €	213 153,52 €	- €	5 222 230,99 €
Ajustamentos em ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Excedentes de revalorização	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras variações no Património Líquido	6 535 085,97 €	- €	- €	- €	- €	- 51 995,28 €	- 226 380,91 €	- €	6 256 709,78 €
Resultado líquido do período	- 823 984,06 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- 823 984,06 €

Em termos globais o ajustamento ao ativo não corrente, classificado no grupo 4, provocou um aumento de valor de €797.307,17, sendo que neste valor o maior impacto decorreu da variação das vidas úteis de ativos com implicações na reexpressão retroactiva das depreciações acumuladas.

De referir que o novo referencial altera significativamente a vida útil de edifícios e outras construções, respetivamente de:

150 Anos para 100 Anos e 80 Anos para 50 Anos

Reconciliação do resultado relatado segundo o POCAL em 31/12/2019 com o resultado líquido apresentado em 01/01/2020

Não houve qualquer alteração no resultado líquido segundo o relatado em POCAL em 31 de dezembro de 2019 e o SNC-AP em 1 de janeiro de 2020, mas o ajustamento nos resultados transitados (conta 564) foi de €1.010.552,15.

Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura

Não aplicável.

Distinção dos ajustamentos que são correções de erros cometidos em períodos anteriores e alterações de políticas contabilísticas

Não aplicável

1. IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 - Identificação do grupo, período de relato

Entidade Consolidante: Município de Cuba

Entidade Consolidada: Centro de Estudos e Formação Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda

1.2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública, o qual foi aplicado pela primeira vez ao exercício de 2020.

Foi elaborado um balanço de abertura a 01 de janeiro de 2020 de acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP. O balanço e a demonstração de resultados de 2020 foram preparadas de acordo com o SNC-AP e a informação relativa ao ano anterior baseia-se no

Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), através de mera conversão dos saldos das contas e rubricas de acordo com o SNC-AP.

Como forma de apoiar o processo de transição, o *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB) emitiu a Norma Internacional de Contabilidade aplicada ao Setor Público (IPSAS) 33 (1/01/2017) que versa a Adoção pela Primeira Vez da Base do Acréscimo das IPSAS que prevê, para algumas situações, a possibilidade de existência de um período de três anos para a entidade passar a publicar as suas contas em absoluta conformidade com as IPSAS. Contudo, apesar da existência desta norma e da existência de pareceres das entidades sobre a sua aplicabilidade, certo é que, até à preparação da conta para aprovação, esta matéria não teve expressão legislativa no contexto do SNC-AP, situação que condiciona as demonstrações financeiras.

Sendo possível a aplicação subsidiária da referida IPSAS 33 e considerando existirem operações que não estão conhecidas com a segurança e fiabilidade exigidas, entendeu-se, recorrer a esta prerrogativa de forma a que as demonstrações financeiras possam vir a incorporar eventuais operação inerentes à figura subjacente à Adoção pela Primeira Vez da Base do Acréscimo.

1.3 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

O detalhe dos valores constantes em Caixa e Depósitos Bancários é o seguinte:

Conta	Designação	31/12/2020	31/12/2019
11	Caixa	2 819,69 €	1 962,57 €
	Depósitos à ordem		
122	Depósitos bancários à ordem	124 631,32 €	171 351,81 €
	Outros depósitos		
131	Depósitos a prazo	32 968,01 €	32 948,16 €
132	Depósitos consignados	15 110,88 €	15 195,38 €
133	Depósitos de garantias e cauções	0,00 €	0,00 €
TOTAL		175 529,90 €	221 457,92 €

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

Designação	31/12/2020	31/12/2019
- Execução orçamental	173 704,78	166 692,29
- Operações de tesouraria	1 352,79	54 765,63
Saldo da gerência	175 057,57 €	221 457,92 €

Relativamente ao Mapa da Demonstração de Fluxos de Caixa verifica-se uma diferença de 472,33€, em virtude do Centro de Estudos possuir numa conta à ordem (CCAM Guadiana Interior) um saldo contra natura.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

- Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

- Informação Comparativa

Tratando-se do primeiro ano de aplicação do normativo SNC-AP, sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Todavia, decorrente da aplicação pela primeira vez, existem ajustamentos, que não configuram alterações de políticas contabilísticas. A existirem encontram-se refletidas na conta 564 – Ajustamentos de transição.

- Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

➤ **Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

➤ **Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

➤ **Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município de Cuba, continuará a operar no futuro previsível.

➤ **Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juizados de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

➤ **Moeda de apresentação e notas não relevantes**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euro, constituindo esta a moeda funcional de apresentação.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Cuba ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

2.2 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas para o Município, foram as seguintes:

➤ **Ativos fixos tangíveis**

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2).

Todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo, com exceção dos prédios rústicos e urbanos, para os quais, na transição para o SNC-AP, não existindo informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, foram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

➤ Propriedades de investimento

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuados reconhecimentos de ativos, de acordo com o facto dos mesmos representarem um recurso presentemente controlado pela Município, como resultado de um evento passado que contém em si a capacidade de proporcionar um influxo do potencial de um serviço ou de benefícios económicos futuros.

Acresce referir que o controlo do recurso está presente, não apenas pela propriedade legal, se bem que esta seja importante, mas pela capacidade para utilizar o potencial de serviço ou os benefícios económicos provenientes do recurso em causa, ou de determinar a natureza e forma de utilização que outras entidades fazem dos benefícios originados pelo recurso (§93 da Estrutura concetual), nomeadamente se os investimentos que tenham de ser feitos não são cobertos pelo titular da propriedade.

Nestes termos foi adotado o classificador complementar 2 (CC2). Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação.

➤ Ativos intangíveis

Analisando os bens que compunham esta conta de acordo com o normativo anterior (POCAL), verificou-se que alguns destes bens não satisfaziam a definição de ativo intangível no SNC-AP. Foram, por isso, desreconhecidos nesta conta e transferidos para uma conta 56 – Resultados transitados, subconta 564 – Ajustamentos de transição.

Todavia a política contabilista adotada traduz-se no seguinte referencial.

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

➤ Imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

➤ Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado. Os inventários finais estão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido. Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade por forma a que o quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

➤ Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do

investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

O Município de Cuba seguirá o método do custo para valorização dos seus investimentos financeiros, no que respeita à participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM).

➤ Rédito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Cuba, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

➤ Transferências e subsídios

As transferências do Estado para os municípios no âmbito da Participação nos Impostos do Estado previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a que o Município tem direito são reconhecidas no património líquido as referentes a transferências de capital e como rédito as transferências correntes.

Encontram-se igualmente reconhecidas como réditos outras transferências correntes provenientes de serviços e fundos autónomos, designadamente para apoio social à inserção e emprego.

No exercício de 2020 não ocorreu qualquer transferência no âmbito da transferência de competências.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciáveis ou amortizável, afetação, a transação para resultados equipara -se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à imputação, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram

cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

➤ Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e outras dívidas de terceiros

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

- Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal. Pela sua insignificância ou inexistências não se procedeu à sua atualização pelo justo valor.

- Financiamentos bancários (empréstimos)

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e

pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

- Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município de Cuba racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão executivo, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

2.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o setor público.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

ATIVOS INTANGÍVEIS

NOTA 3

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2020 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

Quadro 3.1 - Ativos intangíveis – Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)- (3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)- (7)
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	9 717,00	6 477,36	0,00	3 239,64	9 717,00	9 716,36	0,00	0,64
Programas de computador e sistemas de informação	127 671,17	114 424,06	0,00	13 247,11	153 413,11	126 476,44	0,00	26 936,67
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	136 767,85	0,00	0,00	136 767,85	9 500,00	0,00	0,00	9 500,00
Total	274 156,02	120 901,42	0,00	153 254,60	172 630,11	136 192,80	0,00	36 437,31

a) Bases de mensuração

Os ativos intangíveis adquiridos, pelo valor de 25.741,94€, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das amortizações. A nível do Centro de Estudos não se verificaram adições no ano. O valor total do ativo bruto totaliza no final do exercício 36.437,31€.

b) Método de amortização usado

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil constante no Classificador Complementar 2. Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de amortização. Durante o exercício foram reconhecidas amortizações no grupo no valor de 15.291,18€, totalizando as amortizações acumuladas o valor de 136.192,60€.

c) Vidas úteis ou taxas de amortização

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

d) Valor escriturado e bens totalmente amortizados em uso

No final do exercício o valor dos ativos intangíveis era de 36.437,31€, verificando-se uma variação de -105.344,39€.

As modificações ocorridas no período dizem respeito, a aquisições relacionadas com programas de computador (software MYDoc), as diminuições estão relacionadas com a passagem para gastos de bens classificados como projetos, nomeadamente projeto do loteamento de Vila Alva, projeto Plano de Ação Integrada comunidades desfavorecidas, PERU, ARU, revisão do PDM e relatório ambiental. Ficou aqui lançada a quantia respeitante ao livro das ervas aromáticas, uma vez que o processo de transferência de investimentos intangíveis para livros não foi possível de efetuar, como não existiu implicação nos gastos, porque não tem depreciações, manteve-se na conta 4554 o seu registo. A nível do Centro de Estudos as quantias escrituradas dizem respeito a programas de computador.

NOTA 4 - ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

O Município de Cuba detém dois contratos de concessão de serviços, cujos objetos consistem na exploração e gestão dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas em alta e concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão. A nível do Centro de Estudos não existe informação a reportar neste item.

Os contratos celebrados definem ainda que não existe lugar a qualquer pagamento, mas sim a recebimentos.

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão:

Quadro 4.1 - Acordos de concessão de serviços

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de Concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão da exploração do sistema municipal de distribuição de água em alta	Águas Públicas do Alentejo	Exploração e gestão de serviços públicos de abastecimento de água e saneamento (sistema em ALTA)	30 A	-	-	-	-
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	E REDES	PT'S	20 A	-	-	-	-

NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Quadro 5.1- Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (+)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	454 725,75	0,00	0,00	454 725,75	454 725,75	0,00	0,00	454 725,75
Edifícios e outras construções	221 116,29	61 089,05	0,00	160 027,24	221 116,29	73 264,16	0,00	147 852,13
Infraestruturas	15 472 254,59	8 704 316,10	0,00	6 767 938,49	15 620 483,25	9 533 301,23	0,00	6 087 182,02
Património histórico, artístico e cultural	88 659,33	0,00	0,00	88 659,33	88 659,33	0,00	0,00	88 659,33
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	59 906,69	0,00	0,00	59 906,69	854 560,30	0,00	0,00	854 560,30
Ativos Fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Infraestruturas	1 874 719,76	1 339 721,79	0,00	534 997,97	1 921 269,50	1 466 461,79	0,00	454 807,71
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	4 233 889,68	0,00	0,00	4 233 889,68	4 233 889,68	0,00	0,00	4 233 889,68
Edifícios e outras construções	17 562 692,82	4 768 166,94	0,00	12 794 525,88	18 584 693,28	5 180 558,00	0,00	13 404 135,28
Equipamento básico	1 694 391,80	1 456 652,84	0,00	237 738,96	1 806 299,64	1 521 366,92	0,00	284 932,72
Equipamento de transporte	592 440,56	484 957,09	0,00	107 483,47	835 305,05	536 999,45	0,00	298 305,60
Equipamento administrativo	498 458,43	421 251,35	0,00	77 207,08	517 313,69	457 576,62	0,00	59 737,07
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	815 625,07	684 117,24	0,00	131 507,83	843 720,11	721 543,08	0,00	122 177,03
Ativos fixos tangíveis em curso	1 120 056,92	0,00	0,00	1 120 056,92	732 540,32	0,00	0,00	732 540,32
TOTAL	44 688 937,69	17 920 272,40	0,00	26 768 665,29	46 714 576,19	19 491 071,25	0,00	27 223 504,94

COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Terrenos e recursos naturais

As quantias escrituradas mantiveram os mesmos valores do início de 2020 no que diz respeito aos bens do domínio público e a outros ativos fixos tangíveis.

Edifícios e outras construções

O saldo desta componente a 31 de dezembro de 2020 não sofreu qualquer alteração relativamente ao início do período no que respeita a bens do domínio público. No que respeita a outros ativos fixos tangíveis, esta componente sofreu alterações significativas quer nas adições, quer nas transferências internas, respeitantes ao Museu Casa Fialho de Almeida, Alteração do controlo de temperatura do circuito fechado na Piscina Municipal Coberta e construção da bancada do campo de futebol Drº Augusto Amado d´Aguilar.

Equipamento Básico

A nível desta componente verificaram-se adições no valor de 107.608,18€, tendo maior amplitude a aquisição do equipamento multimédia para o Museu Casa Fialho de Almeida. A nível do Centro de Estudos as adições foram de 4.299,66€.

Equipamento de transporte

O saldo desta componente cresceu essencialmente, devido à aquisição de um autocarro em leasing financeiro e a grandes reparações em diversas viaturas.

Equipamento Administrativo

Nesta componente, no Município as adições estão relacionadas com a aquisição de equipamento administrativo para as escolas do concelho, no montante de 15.260,33€. A nível do Centro de Estudos, o montante das aquisições do ano foi de 3.594,93€.

Ativos fixos tangíveis em curso

A quantia escriturada no final do período, caracteriza-se por investimentos em curso no valor de 732.540,32€, respeitantes a empreitadas, sendo as que a seguir se discriminam, aquelas que tem maior expressividade: Requalificação da Zona da Horta do Bicho, Reabilitação do Edifício da Escola Profissional de Cuba, Empreitada de Reabilitação da Estrada da Município de Cuba-Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas – Ano económico de 2020

Circunvalação, Empreitada de Reabilitação da Rua 1º de Maio, em Cuba, Empreitada de Reabilitação do Campo de Futebol, em Faro do Alentejo, Empreitada de Arranjos Exteriores do Polidesportivo de Vila Alva, Empreitada de Revitalização da Rua Serpa Pinto.

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2020, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações, totalizando o valor escriturado de 27.223.504,94€.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2020 foram registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, totalizado 3.334.316,83€, sendo que transitaram de investimentos em curso para imobilizado firme 975.118,42€. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera incorrer. Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil dado constantes no classificador complementar 2. Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação. Durante o exercício foram imputados a gastos 1.579.084,68€ de depreciações do exercício, ficando registado um valor acumulado de 19.491.071,25€.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

Decorrente do processo de transição foram ajustadas as vidas úteis dos edifícios que, conforme a sua tipologia de construção passaram a ter vidas úteis, em estado novo, respetivamente de 100, 50, 20 ou 10 anos.

d) Valor escriturado e bens totalmente amortizados em uso

No final do exercício o valor dos ativos fixos tangíveis era de 27.223.504,94 verificando-se uma variação positiva de 454.839,65€.

Encontram-se em uso 5.391.252,24€ de ativos tangíveis totalmente amortizados, sendo que corresponde a equipamento básico 75,08 % e 12,60 % a outros ativos fixos tangíveis.

A autarquia não recorreu ao conteúdo da FAQ 25 segundo a qual poderia reverter até 50% das depreciações acumuladas a 1 de janeiro de 2020.

Para estes bens irão ser desenvolvidos procedimentos subseqüentes no período de transição adotado no âmbito da IPSAS 33, para identificação do período de vida útil adicional a atribuir aos ativos identificáveis.

NOTA 6 - LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2020, o grupo apresentava os seguintes valores relativos a ativos em regime de locação financeira e de locação operacional refletidos deste modo:

Quadro 6.1- Locações Financeiras

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Autocarro	224 500	16 240,39		16 240,39		32 480,78	162 403,90	18 485,39	213 370,07	208 282,63
Minibus	31 175,39	6 175,84		23 793,36		6 237,29	1 146,07	0	7 383,36	7 382,03
Total	255 675,39	20 234,45	0	37 851,97	0	38 718,07	163 549,97	18 485,39	213 370,07	215 664,66

Quadro 6.2 - Locações Operacionais

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Equipamento Multifunções de cópias e impressão	41475,60	1382,52	0,00	41475,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Luminárias	91435,25	18 287,04	0,00	88 387,36	0,00	3 047,89	0,00	0,00	0,00	3 047,89
Equipamento Multifunções	24 903,96	7 609,58	0,00	19 369,84	0,00	5 534,12	0,00	0,00	0,00	5 534,12
Equipamento Transporte	20 165,55	6 721,81	0,00	10 866,81	0,00	9 298,74	0,00	0,00	0,00	9 298,74
Equipamento de transporte	39 660,12	8 434,53	0,00	18 271,33	0,00	8 568,48	12 820,31	0,00	0,00	21388,79
Locação equipamento Cultural	13 899,00	13 899,00	0,00	13 899,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locação Equipamento Multifunções	26 966,52	4 044,96	0,00	4 044,96	0,00	8 089,92	14 831,64	0,00	0,00	22 921,56
Locação de tendas e stands	45 931,57	45 931,57	0,00	45 931,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locação de Luminárias	269 001,00	49 316,85	0,00	112 083,75	0,00	80 700,30	76 216,95	0,00	0,00	156 917,25
Locação equipamento Informático, video, fotografia	21312,00	2 664,00	0,00	2 664,00	0,00	5 328,00	13 320,00	0,00	0,00	18 648,00
Total	594 750,57	158 291,86	0,00	356 994,22	0,00	120 567,45	117 188,90	0,00	0,00	237 756,35

NOTA 7 - CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Encontra-se no anexo I.

NOTA 8 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2020, não existiram quaisquer movimentos na quantia escriturada das Propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações acumuladas.

NOTA 9 - IMPARIDADE DE ATIVOS

Ativo	Natureza	31/12/2020		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	Gerador de caixa	- €	- €	- €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	Gerador de caixa	- €	- €	- €
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	172 233,32 €	91 035,86 €	81 197,46 €
Outras contas a receber	Gerador de caixa	1 317 615,69 €		1 317 615,69 €
Mercadorias	Gerador de caixa	- €	- €	- €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Não gerador de caixa	56 435,59 €	17 395,08 €	39 040,51 €
Investimentos financeiros	Gerador de caixa	159 358,50 €		159 358,50 €

Para matérias-primas, subsidiárias e de consumo sem rotação há mais de 24 meses foi reduzida a imparidade reconhecida em exercícios anteriores.

NOTA 10 – INVENTÁRIOS

A quantia recuperável dos inventários à data de 31/12/2020 e 31/12/2019, é a seguinte:

Q10.1 - Inventários

Rubricas	31/12/2020			31/12/2019		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	56 435,59 €	17 395,08 €	39 040,51 €	56 996,14	28 454,65	28 541,49
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-
TOTAL	56 435,59	17 395,08	39 040,51	56 996,14	28 454,65	28 541,49

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2020 – custo médio ponderado. De

seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Durante o exercício registou-se um aumento da quantia recuperável no inventário no valor de 39.040,51€.

Os movimentos de inventário no período expressam-se conforme segue:

Q10.2 - Inventários: movimentos do período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Compras liquidadas	Consumos/gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	0,00	319 580,00	319 580,00						0,00
Matérias primas, subsidiárias e de c	28 541,49	126 085,01	111 629,00		22 157,07	11 059,57	-41,35	7 181,86	39 040,51
TOTAL	28 541,49	445 665,01	431 209,00	0,00	22 157,07	11 059,57	-41,35	7 181,86	39 040,51

	2020			2019		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total
Existências iniciais	0,00	56 996,14	56 996,14	0,00	61 177,05	61 177,05
Compras	319 580,00	126 085,01	445 665,01	316 750,48	147 108,19	463 858,67
Regularização de existências	0,00	-15 016,56	-15 016,56	0,00	-4 607,81	-4 607,81
Existências finais	0,00	56 435,59	56 435,59	0,00	56 996,14	56 996,14
Custo das merc.vend.mat.consumidas	319 580,00	111 629,00	431 209,00	316 750,48	146 681,29	463 431,77

Os quadros acima evidenciam o detalhe o CMVMC.

Relativamente a esta nota não existe informação a registar.

NOTA 13 - RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

O objetivo desta norma é prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento, ou seja, quando se deve reconhecê-lo.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. Uma transação com contraprestação é aquela em que a entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá em troca à outra parte um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de bens, serviços ou uso de ativos). A seguir apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

I. Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

Quadro 13.1 - Rendimento de transações com contraprestação

	31/12/2020	31/12/2019
Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Venda de bens	326 041,63	311 351,12
Prestação de serviços	364 615,06	287 845,86
Alienações	2 234,25	10 085,21
Royalties	0,00	0,00
Rendas/ Concessões	241 840,42	267 906,22
Outros rendimentos	71 914,48	87 950,90
Dividendos ou distribuições similares	4 462,48	0,00
TOTAL	1 011 108,32	965 139,31

Os rendimentos de transações com contraprestações do grupo no ano de 2020, representam apenas 16% do total de rendimentos inscritos na demonstração de resultados por natureza.

NOTA 14 - RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

O objetivo desta norma é prescrever os requisitos para o relato financeiro de transações sem contraprestação, abordando as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento dessas transações, incluindo a identificação de contribuições dos proprietários.

I. Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. Embora exista uma parte do rendimento obtido através de taxas, este rendimento foi igualmente incluído nas transações sem contraprestação.

Nas transações sem contraprestação com origem em transferências incluídas no património líquido, foram igualmente consideradas as transações com condições que temporariamente são igualmente reconhecidas como passivo e, por isso, se encontram reconhecidas na conta 2822.

Conforme referido no parágrafo 5º da NCP 14 o termo rendimento abrange tanto rendimentos como ganhos.

No quadro a seguir apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 14.1 - Rendimento de transações sem contraprestação do período

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2020				
	Rendimento do período		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	454 674,15	0,00	291 953,51	288 606,94	0,00
Impostos indiretos	105 034,15	0,00	53 823,81	5 592,52	0,00
Taxas	57 100,85	0,00	13 518,50	14 134,60	0,00
Multas e outras penalidades	1 688,67	0,00	5 005,74	11,01	0,00
Trabalhos para própria entidade	16 921,44	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências sem condição	4 201 546,31	574 795,43	22 500,00	0,00	0,00
Transferências com condição	0,00	1 041 369,61	0,00	0,00	0,00
Subsídios sem condição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios com condição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Legados, ofertas e doações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	14 604,48	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4 851 570,05	1 616 165,04	386 801,56	308 345,07	0,00

O valor das transferências, assume um carácter estruturante no grupo municipal, na medida em que representa 86,60 % do total dos rendimentos com origem em transações.

NOTA 15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

No Município de Cuba não existem processos judiciais que se encontram em curso, nem quaisquer outros. A provisão relatada diz respeito a obras coercivas e foi constituída em exercícios anteriores. Relativamente ao Centro de Estudos, à data de 31 de dezembro de 2020 não existe qualquer saldo que necessite da realização de uma provisão, também não existem ativos e passivos contingentes.

Quadro 15.1 – Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso										
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	5 271,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 271,00
Total	5 271,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 271,00

Passivos Contingentes

Os passivos contingentes são:

- i. Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- ii. Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou

potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

À data do relatório, não possui o Município de Cuba processos judiciais em curso sobre os quais possa ser efetuada uma apreciação jurídica de risco, e constituídas as respetivas provisões pelos valores indicados. Pelo que não há lugar à divulgação dos passivos contingentes.

NOTA 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO RELATO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, no entanto, e tal como referido no relatório, a preparação das demonstrações financeiras de 2020, assumiram o pressuposto da continuidade, tendo-se apresentado informação, nomeadamente medidas de apoio às populações (famílias, empresas e instituições) do concelho adotadas no início de 2021, pelo órgão executivo, para fazer face ao surto de Covid-19.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

ATIVOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam a os valores a seguir apresentados relativamente aos anos de 2020 e 2019.

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2020			31.12.2019		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Activos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	1421.						
		1431.						
		41-Se MEP						
		Subtotais						
	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Devedores p/transf.sub.emp.bonif.						
			201. - Dev. por transf. e sub. não reemb.	-		22 500,00		22 500,00
		203. - Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	-					
		Clientes, contribuintes e utentes						
		211 - Clientes c/c	85 443,44		85 443,44	100 956,34		100 956,34
		213 - Contribuintes	-		-	-		-
		214 - Utentes	4 993,63		4 993,63	5 237,45		5 237,45
		215 - Cofreça duvidosa - 219. Imparidades	81 796,25		81 796,25	127 209,91		127 209,91
		219-Imparidades		-91 035,86			-157 209,91	
		Outros ativos						
		23802 + 23822 - Pessoal	-		-			-
		24 - Estado e out. ent. públicos	33 816,30		33 816,30	29 009,20		29 009,20
		2720+2721 - Dev. por acréscimos	1 317 615,69		1 317 615,69	1 491 072,83		1 491 072,83
		228+ 2713 - Adiantamentos a fornecedores	-		-			-
		27891 - Devedores diversos (+) 2791 Perdas p/ imparidades	-		-	8 991,37		8 991,37
	11.+12.+13.14 - Outros ativos financeiros	175 529,90		175 529,90	221 457,92		221 457,92	
	41 Participações financeiras	159 358,50		159 358,50	159 358,50		159 358,50	
	Subtotais	1 858 553,71	- 91 035,86	1 767 517,85	2 165 793,52	- 157 209,91	2 008 583,61	
	Instrumentos de património líquido mensurados ao custo	...						
Subtotais		-		-		-		
Totais			1 858 553,71	- 91 035,86	1 767 517,85	2 165 793,52	- 157 209,91	2 008 583,61

O peso determinante de ativos financeiros encontra-se nos montantes a receber de clientes, contribuintes e utentes e devedores por acréscimos.

Os devedores por acréscimos, no caso do Centro de Estudos, representam os valores das candidaturas ao POCH e ERASMUS, as candidaturas tem um horizonte de 3 anos, duração dos cursos e os acertos das mesmas ocorrem no final do ciclo.

Os devedores por acréscimos e outros devedores desagregam-se em:

Outras contas a receber	31/12/2020	31/12/2019
Ativo corrente		
Devedores e credores por acréscimos (periodização)	303 008,62	340 643,92
- Devedores por acréscimos de rendimentos	303 008,62	340 643,92
- Outros acréscimos de rendimentos		
Impostos e taxas imputados ao período - IMI	232 834,95	236 301,11
Impostos e taxas imputados ao período - outros	17 028,85	60 021,65
Outros acréscimos de rendimentos	53 144,82	44 321,16
Outros devedores	1 014 607,07	1 150 428,91
Devedores por alienação de ativos fixos	0,00	0,00
Outros devedores	1 014 607,07	1 150 428,91
Outros ativos financeiros	0,00	0,00
- Devedores por empréstimos não bonificados	0,00	0,00
Totais	1 317 615,69	1 491 072,83

Do quadro resulta que o valor de 232.834,95€ se concentra na especialização do IMI a receber em 2021 e que reporta o exercício de 2020.

As participações financeiras detidas, mensuradas ao custo refletem as seguintes participações:

	31/12/2020	Aumento	Redução	31/12/2019
Participações sociais				
Fundo de Apoio Municipal	159 358,50			159 358,50
Outras participações de capital	0,00			0,00
TOTAIS	159 358,50	0,00	0,00	159 358,50

PASSIVOS FINANCEIROS

Os credores por transferências e subsídios empréstimos bonificados, assumem a qualificação de financiamentos obtidos a seguir apresentados na sua agregação.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor dos Passivos financeiros era o seguinte:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2020			31.12.2019		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Credores p/transf.sub.emp.bonif.						
		202 Cred. por transf. e sub. não reemb.	58 654,69		58 654,69	25 056,39		25 056,39
		204 Cred. por emp. bon. e sub. reembolsáveis			-			
		22 Fornecedores	696 581,52		696 581,52	650 814,42		650 814,42
		Outros passivos						
		23 Pessoal (saldos credores)						
		24 Estado e out. ent. públicos	117 903,70		117 903,70	176 330,83		176 330,83
		271 Fornecedores de investimentos	185 642,98		185 642,98	98 001,33		98 001,33
		2722 Cred. por acréscimos	847 889,21		847 889,21	654 559,30		654 559,30
		276 + 277 + 2785 + 27892 Credores diversos	25 678,17		25 678,17	53 995,82		53 995,82
	25 Financiamentos obtidos	2 288 032,38		2 288 032,38	1 832 657,39		1 832 657,39	
		Subtotais	4 220 382,65		4 220 382,65	3 491 415,48		3 491 415,48
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	...						
		Subtotais						
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	...						
	Subtotais							
	Totais	4 220 382,65		4 220 382,65	3 491 415,48		3 491 415,48	

Os fornecedores resultam da atividade normal do Município enquanto dívidas correntes e os fornecedores de investimentos reportam as dívidas de investimento desenvolvidas. No grupo assumem os montantes de 696.581,52€ e 185.642,98€ respetivamente.

Os credores por acréscimos e credores diversos desagregam-se de acordo com as seguintes componentes:

Outras contas a pagar	31/12/2020	31/12/2019
Passivo não corrente		
- Outras contas a pagar	0,00	0,00
Passivo corrente		
- Credores por acréscimos de gastos		
- Remunerações a Liquidar	406 324,30	410 645,39
- Juros a liquidar e outros gastos financeiros	1 398,59	1 727,29
- Outros acréscimos de gastos	440 166,32	242 186,62
	0,00	0,00
- Credores por subscrições não liberadas	4 426,62	17 706,50
- Cauções	575,00	975,00
- Outros credores	20 676,55	35 314,32
Totais	873 567,38	708 555,12

Ao nível dos financiamentos obtidos do grupo agregam-se da seguinte forma:

Financiamentos	31.12.2020			31.12.2019		
	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	TOTAL	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	TOTAL
Empréstimos curto prazo	0,00	248 000,00	248 000,00	0,00	354 000,00	354 000,00
Empréstimos financiamento	1 654 012,48	167 643,06	1 821 655,54	1 172 258,74	283 960,70	1 456 219,44
-BPI						
1396972830001	63 092,36	20 861,87	83 954,23	83 999,23	20 770,59	104 769,82
1396972830002	44 659,52	11 164,88	55 824,40	55 824,19	11 165,09	66 989,28
1396972830003	0,00	0,00	0,00	0,00	53 174,76	53 174,76
-CGD						
0276000305091	0,00	0,00	0,00	0,00	63 127,14	63 127,14
0276000297691	21 668,63	8 667,44	30 336,07	30 336,07	8 667,44	39 003,51
9015005563291	8 897,09	8 897,08	17 794,17	17 794,17	8 897,08	26 691,25
9015006522091	110 791,03	12 184,70	122 975,73	122 957,38	11 959,08	134 916,46
9015006689891	122 473,07	12 785,36	135 258,43	135 247,25	12 568,73	147 815,98
9015008498591	305 350,00	19 700,00	325 050,00	325 050,00	19 700,00	344 750,00
9015003413991	34 396,08	34 126,95	68 523,03	68 467,21	33 803,04	102 270,25
9015004484391	61 128,35	15 282,10	76 410,45	76 410,45	15 282,09	91 692,54
9015004560291	43 827,09	10 956,78	54 783,87	54 783,87	10 956,78	65 740,65
0855001847991	408 470,56	0,00	408 470,56	0,00	0,00	0,00
-Linha BEI						
1582	155 331,33	0,00	155 331,33	0,00	0,00	0,00
1579	85 554,35	0,00	85 554,35	0,00	0,00	0,00
-Santander Totta						
3200495335860	188 373,02	13 015,90	201 388,92	201 388,92	13 888,88	215 277,80
-Loações Financeiras	186 698,42	31 206,09	217 904,51	9 082,71	7 595,10	16 677,81
Banco Santander Totta SA	1 408,98	7 672,55	9 081,53	9 082,71	7 595,10	16 677,81
Caixa Leasing Factoring	185 289,44	23 533,54	208 822,98	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 840 710,90	446 849,15	2 287 560,05	1 181 341,45	645 555,80	1 826 897,25

O horizonte temporal dos financiamentos obtidos, enquadram-se nos seguintes exercícios futuros:

ANOS	CGD	BPI	BEI	CCAM	TOTTA
2021	122600,41	32026,75	0	248000	13015,9
2022	147394,53	32064,88	27794,49	13188,18	13191,7
2023	104604,76	32321,42	63463,06	26408,11	13369,8
2024	100780,03	32245,7	63463,06	26450,58	13550,4
2025	96961,03	11164,88	63463,06	26493,23	13733,4
Totais	572 340,76	139 823,63	218 183,67	340 540,10	66 861,20

O Município de Cuba tinha em vigor vários contratos de empréstimos, e durante o exercício amortizou totalmente dois empréstimos, um da CGD e outro do BPI. Durante o exercício económico de 2020 as amortizações totalizaram 283.920,14€, transitando para os exercícios futuros um valor em dívida de 1.089.749,36€ e, a que corresponde uma amortização média anual de 205.042,39€ a liquidar durante os próximos períodos de relato. No que diz respeito ao Centro de Estudos, o financiamento tem natureza de curto prazo (conta corrente caucionada), e no final de 2020 apresentava um saldo de 248.000,00€, acresce ainda relatar, que no decurso do exercício de 2020 o Centro de Estudos amortizou um empréstimo de curto prazo, no montante de 55.000,00€, cujo vencimento ocorreu 12 meses após a data do contrato (27-09-2019). Relativamente aos outros financiamentos constantes do mapa são respeitantes a contratos de locação financeira do Município.

NOTA 23. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DO PERÍODO:

ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas de reservas da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	13 248 401,51	0,00	236 595,16	0,00	0,00	4 146 547,61	0,00	0,00	6 535 085,97	-823 984,06	23 332 556,21 €	0,00	23 332 556,21
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primavera adição de novo referencial contabilístico		€	€	€	€	€	1 006 134,55 €		€	278 376,19 €	€	727 758,36 €	€	727 758,36
Alterações de práticas contabilísticas		€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	- €	€	- €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	- €	€	- €
Realização do excedente de revalorização		€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	- €	€	- €
Excedentes de revalorização e respetivas variações		€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	- €	€	- €
Transferências e sub-avaliação de capital		€	€	€	€	€	€	€	€	924 421,99 €	€	924 421,99 €	€	924 421,99
Criação de novos materiais		€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	- €	€	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		- €	- €	- €	- €	- €	- 823 984,06 €	- €	- €	- €	€	- €	- €	0,00
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior		- €	- €	+ €	+ €	+ €	873 954,06 €	€	€	€	€	€	€	0,00
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182 159,49	0,00	0,00	646 045,80	823 984,06	1 652 180,35	0,00	1 652 180,35
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)	0	0	0	0	0	0,00	0	0	0	-1 091 612,49	-1 091 612,49	0,00	-1 091 612,49
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)											560 567,86	0,00	560 567,86
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital - património							0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	- €	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações	(5)													
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	= (1) + (2) + (3) + (5)	13 248 401,51		236 595,16	0,00	0,00	4 328 698,12	0,00	0,00	7 181 131,77	-1 091 612,49	23 893 124,07		23 893 124,07

As variações no património líquido no exercício de 2020, apresentam as seguintes operações:

1. Transferência do resultado líquido do período de 2019, resultados transitados (-823.984,06€);
2. Reconhecimento do resultado líquido do período de 2020, (-1.091.612,49€);
3. Ajustamentos de transição, conforme descrito na Nota 0 no valor de 1.010.552,15€;
4. Reforço de financiamentos cujas condições foram cumpridas e reposição de financiamentos, proporcionalmente às depreciações do exercício dos ativos subjacentes com um valor líquido em outras alterações do património líquido no valor de 719.377,17€;
5. Transferências de Capital (FEF e Artigo 35º) no âmbito da lei nº 73/2012, totalizaram 574.795,43€, valor sobre o qual foi efetuada a devida atribuição a investimentos de capital encontrando-se por especializar ao longo da vida dos investimentos o valor que permanece no património líquido. De referir que esta constitui uma das principais alterações na política contabilística entre o POCAL e o SNCAP. De facto enquanto no primeiro as transferências de capital sem condições vertiam diretamente para os resultados, agora, no novo referencial entram no património líquido e apenas se refletem nos resultados do exercício em função da especialização associada aos ativos depreciáveis nos quais constituíram fonte de financiamento.

DIFERIMENTOS ATIVOS

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2020 e 31/12/2019, são os seguintes:

Diferimentos ativos	31/12/2020	31/12/2019
Gastos a reconhecer		
- Seguros	14 042,21	8 970,28
- Outros custos diferidos	5 589,58	21,09
Totais	19 631,79	8 991,37

DIFERIMENTOS PASSIVOS

Os diferimentos passivos, à data de 31/12/2020 e 31/12/2019, são os seguintes:

Diferimentos passivos	31/12/2020	31/12/2019
Rendimentos a reconhecer		
- Transferências e subsídios de capital obtidos com	299 725,97	680 381,58
- FEDER	299 725,97	680 381,58
- Outros	667 628,71	652113,55
- ERASMUS	100 942,67	21 341,67
- POCH	566 686,04	630 771,88
Totais	967 354,68	1 332 495,13

No que diz respeito a este item, face às alterações do novo referencial contabilístico, a comparação com o exercício anterior poderá ficar distorcida.

RENDIMENTOS E GANHOS

Em 2020 e 2019, a rubrica de rendimento e ganhos tinha a seguinte composição:

RENDIMENTOS E GANHOS	2020	2019
70 Impostos, contribuições e taxas	618 497,82	799 870,72
71 Vendas	326 041,63	311 351,12
72 Prestações de serviços e concessões	364 615,06	287 845,86
73 Variações nos inventários da produção	-	-
74 Trabalhos para a própria entidade	16 921,44	57 006,78
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	4 201 546,31	4 460 648,39
76 Reversões	11 059,57	-
77 Ganhos por aumentos de justo valor	-	-
78 Outros rendimentos	776 176,55	749 499,27
79 Juros, dividendos e out.rendimentos similares	4 462,48	
Totais	6 319 320,86	6 666 222,14

A comparabilidade nos períodos de 2020 e 2019, embora aqui apresentadas, dadas as alterações geradas pela mudança de referencial tornam o valor agregado não comparável com eficácia.

Durante os anos de 2020 a totalidade dos rendimentos e ganhos do grupo, classificados por naturezas, ascendeu a 6.319.320,86€.

GASTOS E PERDAS

De igual forma também ao nível dos gastos e perdas, a comparabilidade nos períodos de 2020 e 2019, não apresenta comparabilidade na forma integral, principalmente pelo efeito nas depreciações provocada pela alteração da vida útil de vários ativos, ficando este item ferido.

Durante os anos de 2020 a totalidade dos gastos e perdas, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

GASTOS E PERDAS	2020	2019
Transferências e subsídios concedidos	480 906,77	523 560,05
Custo das merc.vend.mat.consumidas	431 209,00	463 431,77
Fornecimentos e serviços externos	1 438 486,96	1 631 734,75
Gastos com o pessoal	3 219 043,19	3 375 219,48
Gastos de depreciação e de amortização	1 594 376,06	1 164 678,31
Perdas por imparidade	21 395,30	85 760,01
Perdas por redução de justo valor	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	180 487,47	206 662,97
Gastos por juros e outros encargos	43 187,91	36 480,26
Imposto sobre o rendimento	1 840,79	2 678,60
Totais	7 410 933,45	7 490 206,20

Os fornecimentos e serviços externos apresentam um valor que se encontra influenciado pelos gastos adicionais e que inicialmente não se encontravam previstos e relacionados com o COVID-19, e por outro lado, ao nível de atividades que não se concretizaram, isto a nível do Município.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta componente dos gastos, durante os anos de 2020, apresenta o seguinte desenvolvimento:

Fornecimentos e serviços externos		2020	2019
621	<i>Subcontratos e parcerias</i>	159 241,64	188 932,06
	- Serviços de Saneamento básico	0,00	0,00
	- Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos	109 195,60	106 259,13
	- Tecnologias de informação e comunicação	0,00	0,00
	- Água - Abastecimento Público	0,00	0,00
	- Espaços de desporto cultura e lazer	0,00	0,00
	- Limpeza Urbana	0,00	0,00
	- Iluminação Pública	0,00	0,00
	- Transportes Escolares	27 716,20	36 175,42
	- Trnsportes outros	0,00	0,00
	- Cantinas Escolares - refeições confeccionadas	21 841,18	46 497,51
	- Cantinas Escolares - refeições p/ confeccionadas	0,00	0,00
	- Outros	488,66	0,00
622	<i>Serviços especializados</i>	297 857,93	287 956,83
	- Trabalhos especializados	66 489,59	13 337,03
	- Publicidade comunicação e imagem	7 327,26	18 480,92
	- Vigilância e segurança	2 334,60	9 493,42
	- Honorários	121 879,80	55 736,00
	- Comissões	12 141,48	0,00
	- Conservação e reparação	78 235,57	112 983,60
	- Outros serviços especializados	9 449,63	77 925,86
623	<i>Materiais de consumo</i>	237 011,44	27 639,64
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	25 245,83	3 067,96
	- Livros e documentação técnica	0,00	0,00
	- Material de escritório	13 509,61	15 860,24
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	18 496,65	8 711,44
	- Material de educação cultura e recreio	1 779,07	0,00
	- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	42 665,80	0,00
	- Medicamentos e artigos para a saúde	482,90	0,00
	- Produtos químicos e de laboratórios	273,02	0,00
	- Outros fornecimentos e serviços	134 558,56	0,00
624	<i>Energia e fluídos</i>	231 818,65	261 793,08
	- Electricidade	203 081,56	224 730,63
	- Combustíveis e lubrificantes	28 489,09	33 750,76
	- Água	0,00	2 766,26
	- Outros	248,00	545,43
625	<i>Deslocações, estadas e transportes</i>	3 955,52	9 733,21
	- Deslocações e estadas	3 955,52	7 791,21
	- Transportes de pessoal	0,00	1 942,00
	- Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	0,00	0,00
	- Outros	0,00	0,00
626	<i>Serviços diversos</i>	508 601,78	855 679,93
	- Rendas e alugueres	171 638,81	245 816,50
	- Comunicação	27 026,19	29 257,89
	- Seguros	31 610,52	32 680,36
	- Contencioso e notariado	40,00	25,00
	- Despesas de representação dos serviços	996,58	1 779,17
	- Limpeza, higiene e conforto	3 540,43	4 031,88
	- Outros serviços	273 749,25	306 140,02
	- Fornecimentos e serviços diversos	0,00	235 949,11
Totais		1 438 486,96	1 631 734,75

RECURSOS HUMANOS E GASTOS COM O PESSOAL

Recursos Humanos

Recursos humanos	2020	2019
Número de trabalhadores do grupo no final do período	198	197

Os gastos com o pessoal apresentam a seguinte evolução:

Gastos com o pessoal	2020	2019
Remunerações Órgãos Autárquicos	141 630,09	220 486,23
Remunerações dos órgãos sociais e c	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	2 330 629,29	2 415 945,79
- Remunerações base	1 758 352,82	1 753 821,27
- Subsídios de férias	155 618,06	174 446,78
- Subsídios de Natal	151 944,62	174 446,78
- Despesas de representação	0,00	0,00
- Subsídio de refeição	181 398,33	179 072,60
- Gratificações	0,00	0,00
- Suplementos e prémios	0,00	0,00
- Outros suplementos	0,00	625,89
- Abonos variáveis ou eventuais	83 315,46	130 015,25
Pensões	0,00	3 517,22
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos s/ Remunerações	596 784,12	577 638,31
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	30 014,07	30 517,34
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros gastos com o pessoal	18 700,24	36 079,10
Outros encargos sociais	101 285,38	94 552,71
Totais	3 219 043,19	3 375 219,48

Os encargos com remunerações dos órgãos autárquicos representam 4,40% do total dos encargos com pessoal, enquanto as remunerações do pessoal, incluindo subsídio de férias e natal tem um peso de 72,40%.

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	2020	2019
Transferências correntes concedidas		
- Estado	0,00	7 000,00
- Freguesias	100 510,47	129 346,33
- Associações de Municípios	36 396,59	49 457,64
- Instituições sem fins lucrativos	182 709,16	224 919,97
- Famílias	81 485,89	63 751,12
- Empresas Públicas Municipais	0,00	0,00
- Outros	17 656,00	0,00
- Prestações sociais	0,00	0,00
Subtotal	418 758,11	474 475,06
Transferências capital concedidas		
- Estado	0,00	15 000,00
- Associações de Municípios	9 746,15	0,00
- Freguesias	28 812,76	19 000,00
- Outros	11 500,00	0,00
- Instituições sem fins lucrativos	10 000,00	14 500,00
- Famílias	2 089,75	584,99
Subtotal	62 148,66	49 084,99
Totais	480 906,77	523 560,05

Verifica-se que do total das transferências correntes 24,00% foram canalizadas para o apoio às freguesias, 43,63% para as instituições sem fins lucrativos e 19,46% para as famílias.

OUTRAS DIVULGAÇÕES



ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA
CENTRO DE ESTUDOS DIOGO DIAS MELGAZ, L.PESSOAAL, L.D.A



CUBA
MUNICÍPIO
Terra com Alma

NOTA 30. OUTRAS DIVULGAÇÕES

MOVIMENTOS EFETUADOS PARA EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados todos os créditos e dívidas recíprocos entre as entidades consolidantes, os ativos correspondentes a ganhos resultantes de operações realizadas reciprocamente, o capital social que o Município de Cuba detém na entidade consolidada, Centro de Estudos, do seguinte modo:

- 1- Eliminação da participação financeira, movimentando-se a conta capital e de investimentos (participações financeiras), no montante de 25.000,00€;
- 2- Eliminação da equivalência patrimonial, movimentando-se a conta de ajustamentos em ativos financeiros e conta de investimentos (participações financeiras), no montante de 41.002,69€, e conta de proveitos do exercício e de investimentos financeiros, pelo montante de 10.541,22€ (RL do exercício do Centro de Estudos);
- 3- Anulação de saldos intragrupo, nomeadamente movimentação da conta de fornecedores e de clientes no montante de 60.000,00€, bem como das contas "outras contas a receber e a pagar", no que diz respeito a acréscimos no montante de 95.200,00€;
- 4- Anulação de operações recíprocas intragrupo, no que diz respeito a fornecimentos e serviços externos (rendas), e outros rendimentos e ganhos, no montante de 30.000,00 € e de transferências concedidas e outros rendimentos e ganhos no montante de 19.200,00€.

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à consolidação do grupo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES
ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS



ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA
CENTRO DE ESTUDOS DIOGO DIAS MELGAZ, LINDOSOAL, LDA



CUBA
MUNICÍPIO
Terra com Alma

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

No que diz respeito a este item, não se apresentam as demonstrações orçamentais consolidadas, nomeadamente a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações. A justificação para a sua não apresentação prende-se com o fato do Centro de Estudos não ter aplicado o SNC-AP, tendo preparado, apresentado e aprovado somente demonstrações financeiras de acordo com o SNC Geral. Assim, foi entendimento não existirem condições para a elaboração das demonstrações orçamentais consolidadas.

ANEXO I



ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA
CENTRO DE ESTUDOS DIOGO DIAS MELGAZ, L'INPESSOAL LDA



CUBA
MUNICÍPIO
Terra com Alma

